



Universidade do Estado da Bahia – UNEB  
Departamento de Educação – DEDC  
Campus – VIII Paulo Afonso – Bahia  
Curso de Bacharelado em Arqueologia



VITOR BATISTA DOS SANTOS

**DOS PAYAYAS À SANT'ANA: OS TRÊS POVOAMENTOS DA CIDADE  
PRINCESA**

Paulo Afonso  
2018

VITOR BATISTA DOS SANTOS

**DOS PAYAYAS À SANT'ANA: OS TRÊS POVOAMENTOS DA CIDADE  
PRINCESA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Arqueologia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharelado em Arqueologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cleonice de Souza Vergne

Paulo Afonso  
2018

Folha de Aprovação

**DOS PAYAYAS À SANT'ANA: OS TRÊS POVOAMENTOS DA CIDADE  
PRINCESA**

Trabalho de Conclusão de Curso/TCC apresentado no Curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arqueologia.

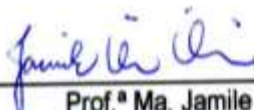
Aprovado em 18 de Dezembro de 2018.

**BANCA EXAMINADORA:**



---

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria Cleonice Souza Vergne  
Universidade do Estado da Bahia – DEDC Campus VIII



---

Prof.ª Ma. Jamile Silva Silveira  
Universidade do Estado da Bahia – DEDC Campus VIII

---

Prof.ª Ma. Fátima Cristina da Silva Oliveira  
Universidade do Estado da Bahia – DEDC Campus VIII

Paulo Afonso-BA  
2018

*Dedico este trabalho à memória de Antônio Ramos da Silva, meu  
Padrinho, por todo amor que tinha à Cidade Princesa.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Pai Criador, Filho Redentor, Espírito Santo Consolador, por existir e por todas as bênçãos dispensadas sobre mim. A Virgem Maria, por todo cuidado e ao Glorioso Santo Antônio, por todas as graças recebidas.

A Gloriosa Senhora Sant'Ana, minha padroeira, e inspiração deste trabalho.

A maior de todas as Guerreiras da história da humanidade, Zenilda Batista, minha mãe, que apesar das dificuldades, me educou para que chegasse até aqui, enfrentando a tudo e todos. A minhas irmãs, Laíse e Victória, que mesmo na distância e nos momentos de rebeldia, provam seu amor por mim. Amo vocês!

A meu Padrasto, que do seu modo, colaborou com essa conquista.

A minha família materna e paterna, como também, aos familiares adquiridos pelo coração.

A tia Gele, por todo carinho a mim dispensado, por tudo que me ensinaste na infância, que conservo na vida adulta. Te amo!

Aos meus tios e tias: Dete e Nalva, Zé Preguiça e Neuza, Maroto e Lurdes, Sirleide e Juninho, Marcia e Cal, Neuza e Zé, e em especial a tio Jailton, por todo incentivo e colaboração.

A tia Rosinha que não tendo o mesmo sangue que o meu, me colocou em sua vida como filho.

Aos meus irmãos paternos, em especial a Rebeca e Renato.

Aos meus Primos e Primas, por todo carinho, cuidado e atenção, em especial a Bruno e Mariana.

As minhas madrinhas, Helena e Edy, por todas as bênçãos postas sobre mim.

A todos que fazem o Reisado Estrela de Belém, as Trezenas de Santo Antônio e a Comunidade de Santa Rita de Cássia, em especial, a Mercês a quem aprendi a amar através do companheirismo de todas as atividades religiosas e culturais.

Aos meus amores e desamores, que vivenciaram comigo este processo.

A meus professores e colaboradores, do Josué Souza Nogueira, Centro Educacional Nossa Esperança e Colégio Estadual Reitor Edgard Santos, meus pilares da educação.

A todos que fazem a Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Campus VIII- Paulo Afonso.

A Prof.<sup>a</sup> Ma. Susana Meneses Luz, diretora do Departamento, por toda dedicação perante o Curso de Arqueologia.

Aos Mestres e Doutores da Graduação, Bruno Heim, Elis Rejane, Eloy Lago, Jacques Fernandes, Jailma Maria, Jamile Silveira, João Cabral, Kilma Manso, Natan Pereira, Paulo Wataru, Rildo Santos, Rita de Cássia Salomão Davi e Wbaneide Martins.

A Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Cleonice Vergne, minha Orientadora, por tudo que representa neste Bacharelado, e por todo carinho e cuidado, que muitas das vezes perpassaram o lugar de professora.

Aos técnicos do Departamento, em especial a Patrícia Lisboa.

Ao CAAPA, local onde me familiarizei com a Arqueologia, Obrigado, Marcos e Manoela.

Ao OPARÁ, na pessoa da Prof.<sup>a</sup>. Floriza Sena, por todo carinho e incentivo a Pesquisa!

Ao NUPE, local onde aprendi que a Universidade vai além da sala de aula, obrigado Kedma Dourado, por todo incentivo.

Aos meus amigos, que mesmo distante, estavam todos em meu coração, em especial a minha amiga-irmã Luciana Maciel.

Aos amigos adquiridos em Paulo Afonso, muito obrigado por cada gesto. A tia Raquel e a Rebeca; D. Dilma, Ronald e D. Eva Ribeiro. Aos adquiridos na Universidade Renato Natan, Mikaela, Denise, Jéssica e Jaqueline.

A família MCC-GED Paulo Afonso, por toda acolhida, e carinho. Em especial a Deise, Lucas, Adriano, Silvania, Cintia Kelly.

A Juliana, minha amiga, por estar comigo, entre sorrisos e lágrimas nestes anos.

Aos primitivos moradores de Feira de Santana, que através de vocês realizo esse trabalho.

A todos muito obrigado, por cada gesto, oração e colaboração.

Por fim, posso dizer: SOU ARQUEÓLOGO!

***Pra cidade que aqui se retrata,  
Por Sant´ana pedimos a Deus  
Existência profícua e pacata,  
Mil virtudes para os filhos seus.  
(Ramos Feirense)***

SANTOS, Vitor Batista dos. Dos Payayas à Sant'ana: Os Três Povoamentos da Cidade Princesa. 2018. 83f. Trabalho de Conclusão de Curso/TCC (Bacharelado em Arqueologia) – Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Departamento de Educação – Campus VIII. Paulo Afonso, BA.

## RESUMO

O presente TCC intitulado Dos Payayas à Sant'Ana: Os Três Povoamentos da Cidade Princesa, tem como objeto de estudo as três ocupações do território feirense. O estudo foi desenvolvido sobre os três distintos povoamentos da cidade de Feira de Santana, tendo como preocupação compreender como se deu estes acontecimentos, versando sobre os processos de ocupação do território feirense desde os Payayas até o surgimento da devoção à Sant'Ana. Sabe-se que o primeiro povoamento sucedeu através dos Payayas, os primeiros povoadores do território onde hoje situa o município. O segundo povoamento ocorre no período colonial através das sesmarias, quando João Peixoto Viegas adquire a sesmaria dos Tocos, e o terceiro povoamento, ocorre através da devoção a Sant'Ana e São Domingos de Gusmão, quando Domingos e Ana, adquirem a fazenda e introduzem a devoção aos seus santos padroeiros. Para a realização desta pesquisa foi executada *a priori*, pesquisa documental e bibliográfica de caráter descritivo. O objetivo desta pesquisa é traçar a historicidade do povoamento do município em estudo, isto é, centra-se em compreender como se deu o processo de ocupação do território de Feira de Santana. Nossa intenção é desmitificar os relatos sobre a historicidade referente ao povoamento do atual território feirense, compreendendo sua verdadeira historicidade em um marco temporal a partir dos Payayas até à devoção a Sant'Ana, tendo como base os fundamentos utilizados nas pesquisas arqueológicas referentes à habitação local. No que tange o marco inicial de formação deste município, nossa finalidade é revelar que a casa localizada aos fundos da antiga usina de algodão é o verdadeiro marco inicial do município, sendo a moradia do casal doador dessas terras, contrapondo alguns historiadores que confirmam ser o Casarão dos Olhos D'água a primitiva edificação. A importância deste estudo é regatar a historicidade, bem como compreender, como se deu o povoamento, desvendando fatos ocultos sobre os relatos que norteiam toda história do município.

**Palavras-chave:** Povoamento. Sant'Ana. Feira de Santana.

## ABSTRACT

This monograph titled *Dos Payayas a Sant'Ana: The Three Populations of the Princesa City*, has as object of study the three occupations of the territory feirense. The study was carried out on the three distinct settlements of the city of Feira de Santana, with a concern to understand how these events occurred, dealing with the processes of occupation of the territory of Feira from the Payayas to the emergence of devotion to Sant'Ana. It is known that the first settlement succeeded through the Payayas, the first settlers of the municipality. The second settlement occurs in the colonial period through the sesmarias, when João Peixoto Viegas acquires the sesmaria dos Tocos, and the third settlement occurs through devotion to Sant'Ana and Domingos de Gusmão, when Domingos and Ana, acquire the farm and introduce devotion to his patron saints. For the accomplishment of this research was executed a priori, documentary and bibliographic research of descriptive character. The objective of this research is to trace the historicity of the settlement of the municipality under study, that is, it focuses on understanding how the occupation process occurred in the municipality of Feira de Santana. Our intention is to demystify the accounts of the historicity of the settlement of the city, understanding its true historicity in a time frame from the Payayas to the devotion to Sant'Ana. Based on the foundations used in archaeological research related to housing. Regarding the initial formation of this municipality, our purpose is to reveal that the house located at the back of the old cotton mill is the true starting point of the municipality, being the couple's dwelling donating these lands, contrasting some historians who confirm to be the Casarão dos Olhos D'água The primitive building. The importance of this study is to regurgitate the historicity, as well as to understand, as the settlement occurred, unveiling the truths about the reports that guide all the history of the municipality.

**Keywords:** Population. Sant'Ana. Feira de Santana.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1. CAPÍTULO: METODOLOGIA DA PESQUISA .....</b>	<b>19</b>
<b>2. OS PRIMEIROS BRASILEIROS E SUAS TRAJETÓRIAS DE OCUPAÇÃO .....</b>	<b>21</b>
2.1. Conciso Relato da Ocupação Humana na Região Nordeste do Brasil .....	21
2.1.1. Ocupação Humana na Bahia .....	23
2.1.2. Ocupação Humana em Feira de Santana .....	27
2.2 - Os Payayas e sua Trajetória de ocupação .....	28
2.2.1- Aldeamento.....	32
2.2.2- Os peabirus.....	36
<b>3. CAPÍTULO: OCUPAÇÃO COLONIAL .....</b>	<b>38</b>
3.1 Ocupação no Nordeste .....	40
3.2 Sesmarias .....	43
3.2.1- Os Grandes Sesmeiros da Bahia .....	46
3.2.2- Os Garcia D`Ávila e a Casa da Torre .....	47
3.2.3- Os Guedes de Brito e a Casa da Ponte .....	49
3.2.4 - João Peixoto Viegas e a Sesmaria dos Tocos .....	51
3.3- A Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira.....	53
3.4- O declínio da Sesmaria: o início das fazendas.....	55
3.5- Domingos e Ana .....	56
3.6- O Casarão dos Olhos D`Água.....	58
3.6.1 De Sant'Ana a Feira: o início da cidade.....	61
<b>4. CAPÍTULO: FEIRA DE SANTANA E O SENTIMENTO RELIGIOSO .....</b>	<b>63</b>
4.1- Os primórdios da religiosidade feirense .....	63
4.1.1- A devoção a São José nos Campos de Itapororocas .....	64
4.1.2- A devoção a Nossa Senhora dos Remédios .....	65
4.2- Devoção a Sant'Ana: da fazenda ao Arraial .....	67
4.2.1- Histórico do culto a Sant'Ana. ....	70
4.2.2 - As festas em louvor a Sant'Ana .....	71
4.3 - Da feira de Sant'Ana à Feira de Santana .....	72
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>75</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>80</b>

## INTRODUÇÃO

O presente TCC intitulado, Dos Payayas à Sant'Ana: Os três povoamentos da Cidade Princesa, tem como objetivo de estudo descrever as etapas de povoamento do território de Feira de Santana. Partindo desse pressuposto, pontuamos neste trabalho como se desenvolveram os Três Povoamentos distintos no território do município de Feira de Santana. Sabe-se que o primeiro povoamento sucedeu através dos Payayas, os primeiros povoadores do atual território feirense. O segundo povoamento ocorre no período colonial através das sesmarias, quando João Peixoto Viegas adquire a sesmaria dos Tocos, e em São José, constrói currais, casa e capela, e o terceiro povoamento, ocorre através da devoção a Sant'Ana e São Domingos de Gusmão, quando Domingos e Ana, adquirem a fazenda e introduzem a devoção aos seus santos padroeiros.

Feira de Santana tem sua história contada com lacunas sobre o seu povoamento. Muitos dados bibliográficos relatam o povoamento, mas de forma superficial, sem comprovação das hipóteses. O início do povoamento pré-colonial é marcado pelos Payayas, sendo estes expulsos pelos colonizadores europeus.

Com o advento das capitânicas hereditárias as terras do Brasil foram transformadas em sesmarias, possibilitando assim o fatiamento do território. Um desses sesmeiros foi João Peixoto Viegas, que com sua família inicia o povoamento pós-colonial desta região. Este chega à estas terras tendo como principal atividade econômica a criação de gado. Constrói casa e vários currais, dando início a uma das atividades que perdura até os dias atuais no município.

Após a morte de João Peixoto Viegas, sua viúva, vende parte de suas terras à Domingos Barbosa de Araújo, este casado com Ana Brandoa. O ditoso casal adquire o que viria ser a fazenda denominada Olhos D'água. A referida fazenda com inúmeras nascentes, que servia como pouso para as boiadas e aos tropeiros. O referido casal, por ser católico, edifica em sua propriedade uma capela para louvar Sant'Ana e São Domingos. Em torno desta capela inicia-se as trocas de mercadoria por meio dos tropeiros, boiadeiros e comerciantes, dando início ao que viria ser a cidade de Feira

de Santana. Nossa intenção é a de desmitificar os relatos sobre a historicidade referentes ao povoamento do território, compreendendo sua verdadeira cronologia em um marco temporal a partir dos Payayas até a devoção à Sant'Ana. Tendo como base os fundamentos utilizados nas pesquisas arqueológicas referentes à habitação local.

O objetivo desta pesquisa é traçar a cronologia do povoamento do território em estudo, isto é, centra-se em compreender como se deu o processo de ocupação, no atual município de Feira de Santana. Procuraremos entender como se deu o povoamento por meio dos Payayas, nativos do território, como também o povoamento através dos colonizadores, a partir das Sesmarias adquiridas por João Peixoto Viegas, com a construção da Casa Forte de Sobrado, edificada com pedra e cal onde também havia criação de gado, sendo este o verdadeiro sentido em adquirir as sesmarias. E como teve início o povoamento através da devoção a Sant'Ana e São Domingos, implantada por Domingos e Ana, através da aquisição da fazenda Olhos D'Água.

Para a realização desta pesquisa foi executada *a priori*, pesquisa documental e bibliográfica de caráter descritivo. Portanto, teremos como base norteadora os estudos de Luiz Cleber Morais Freire (2011), Antonio Batista de Britto (1939), Pedro Tomás Pedreira (1983), Rollie e Poppino (1968), Gastão Sampaio (1977) e Carlos Etchevarne e Rita Pimentel (2011). A importância deste estudo é resgatar a interpretação cronológica, bem como compreender como se deu o povoamento, desvendando fatos ocultos sobre os relatos que norteiam toda história do município, para, assim, identificar possíveis vestígios de habitação dos povos nativos dessas terras. As discussões sobre as ocupações pré-colonial e pós-colonial referente às primeiras edificações com destaque para a casa de Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandoa é de relevante importância para a compreensão da história do povoamento do município, e de como ocorreu o início do povoamento através da devoção a Sant'Ana. Partindo desse pressuposto, esta pesquisa centra-se em compreender como se deu o processo de povoamento no município de Feira de Santana, e qual o marco geográfico para a formação da cidade.

A partir de tais interlocuções procuraremos entender como se deu o povoamento por meio dos colonizadores, a partir das Sesmarias adquiridas por João Peixoto Viegas,

com a construção da Casa Forte de Sobrado, edificada com pedra e cal onde também havia criação de gado, sendo este o verdadeiro sentido em adquirir estas terras e a expulsão dos povos indígenas habitantes neste território por meios de conflitos, que levou à uma falta de pertencimento do povo Feirense com os fatos ocultados da história do povoamento do município.

Sendo a finalidade desta pesquisa compreender a historicidade do município de Feira de Santana, para tal pretendemos nos centrar basicamente em duas hipóteses que a nortearão: Falaremos sobre o povoamento e sobre o marco de formação da cidade de Feira de Santana.

Sabe-se que Feira de Santana apresenta regiões consideradas geoindicadoras de ocupações pretéritas, como serras e rios que, no passado, eram locais de captação de recursos para subsistência. Desse modo, o povo Payaya habitou nesse território antes da chegada dos colonizadores. Outro fator relevante para a formação de Feira de Santana é o marco de formação da Vila de Santana dos Olhos D'Água, com a fundação da primeira casa, aos fundos da antiga usina de algodão, próximo ao local da edificação da capela para devoção a Senhora Santana e São Domingos, no Alto da Boa Vista, atualmente Centro de Feira de Santana, que contrapõe alguns pesquisadores com a hipótese de que o casarão dos olhos d'água seja a primitiva edificação pertencente ao casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandoa<sup>1</sup>.

Para chegarmos ao nosso objetivo de estudo, elencamos alguns objetivos específicos, para uma melhor estruturação da pesquisa: relacionar a presença dos Payaya no território como marco da primeira ocupação; definir a história do município de Feira de Santana, desmistificando o início do povoamento; identificar na presença de João Peixoto Viegas, o segundo povoamento do território Feirense; e compreender a partir da devoção a Sant'Ana, o terceiro povoamento, formado em decorrência da capela.

O presente TCC está estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo refere-se à metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa em questão, onde foram

---

<sup>1</sup> Existem controvérsias a respeito do sobrenome da esposa de Domingos Barbosa de Araújo. Alguns historiadores optam por Brandão outros por Brandoa. Neste estudo optaremos por Brandoa.

adotados três eixos teórico-metodológicos, caracterizando-a como pesquisa de caráter descritivo-bibliográfica e documental.

No segundo capítulo, discorreremos sobre o primeiro povoamento do território feirense, este acontecimento foi decorrente do processo de ocupação humana no território brasileiro, e sua dispersão pelo Nordeste, onde os primeiros homens se fizeram presentes desde sua entrada ao que chamamos hoje de Brasil. A dispersão pelo Nordeste, resulta na chegada ao atual estado da Bahia, onde os primeiros brasileiros utilizaram para rota de transição os rios, onde percorreram todo o território baiano. Os Payayas habitaram as importantes zonas do estado da Bahia, desde a Chapada Diamantina, as margens do rio São Francisco, ao Recôncavo. Esta dispersão desde Jacobina até sua instalação e povoamento do território que viria ser Feira de Santana, foi através dos rios e dos Peabirus. O primeiro povoamento foi através dos Payayas, que habitaram o território do então município de Feira de Santana, onde classificamos como povoamento primitivo. Diversos foram os fatores propícios ao povoamento do território feirense, dentre eles os recursos hídricos e as serras, para a captação de recursos de subsistência. Os nativos, sempre procuraram fixar-se nas proximidades dos corpos hídricos, sendo que este modo de fixação foi predominante aos três povoamentos.

O terceiro capítulo descreve a ocupação colonial, desde a chegada dos portugueses até a fundação da cidade de Feira de Santana. A incisão do colonizador no Nordeste brasileiro e o contato com os nativos foram de grande proveito, para o primeiro grupo na conquista do território e extração das riquezas naturais. Com a chegada do colonizador, o território é repartido em capitanias, que logo após é implantado um método utilizado em Portugal que foram as sesmarias. No território baiano, tivemos três grandes sesmeiros, que detinham o poder territorial do estado, chegando a outros estados. Isso ocorreu com Garcia D`Ávila, o mais importante e destacado sesmeiro. Esta sesmaria foi transformada em morgado, sendo transferida a seus familiares por gerações. Outro grande sesmeiro foi Antônio Guedes de Brito, da Casa da Ponte, na qual o território feirense estava inserido. O limite desta sesmaria abrangia os rios, Jacuípe, Itapicuru e São Francisco. Com a morte de Antônio Guedes, seus descendentes e herdeiros do morgado venderam parte da propriedade, e anos depois

veio a ser proprietário João Peixoto Viegas, adquirindo a sesmaria dos Tocos, iniciando o segundo povoamento do território feirense.

Ainda neste capítulo é apresentado o emblemático casarão dos Olhos D'água, com controvérsia referente à sua história. Descrevemos o casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandoa, os responsáveis pelo terceiro povoamento, pois através deles é implantado no território feirense a devoção a Sant'Ana, com a doação do terreno para a construção da capela, de onde começaram as feiras que deram início a cidade.

No quarto capítulo descrevemos o povoamento através do aspecto da religiosidade, desde os Payayas, com o culto ao deus Eraquizã, seus ritos e costumes. Com a inserção do colonizador a religião católica é implantada no território, e a primeira devoção das plagas feirense, é a São José. Esta devoção é implantada por João Peixoto a pedido de sua esposa. Os conflitos entre os nativos e colonizadores, fizeram reconstruir a referida capela, proporcionando seu aumento de tamanho em decorrência do povoamento que estava em expansão. Ainda nas terras de João Peixoto, é construída outra capela, com a invocação de Nossa Senhora dos Remédios, onde ocorreram pomposas festas religiosas, como também condenação em tribunal instalado na igreja. A igreja dos Remédios pode ser considerada a memória feirense, pois ao longo de séculos, registrou as modificações da cidade do início da Fazenda aos dias atuais. Com a aquisição da fazenda por Domingos Barbosa e Ana Brandoa, é implantado no território feirense a devoção a Sant'Ana e a São Domingos de Gusmão. Em oratório particular eram oferecidos louvores aos santos padroeiros do casal, os moradores das proximidades da casa, se agregavam para entoar os hinos e ladainhas suplicando a interseção dos santos. Anos depois o casal doa parte de sua propriedade para construção de uma capela dedicada aos santos.

A devoção a Sant'Ana e a São Domingos de Gusmão, faz com que as pessoas se aproximem da capela, fixando moradia e até mesmo nas passagens com o gado e mercadoria, como ponto de referência e descanso. Ao redor desta capela surgem as feiras que proporcionavam as trocas de mercadoria e que ao longo dos anos transformou-se na Cidade de Feira de Santana.

Por fim, estabelecemos as considerações finais referentes aos objetivos alcançados.

## 1. CAPÍTULO: METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a realização desta pesquisa foram executados os seguintes procedimentos: levantamento de conteúdo através de fontes bibliográficas, em livros, jornais, artigos, dissertações, teses e revistas que versam sobre o tema. Após a separação do conteúdo a fase seguinte consistiu na análise dos dados que serviram de base para elucidar os problemas propostos. Foi realizado o levantamento imagético através do acervo pessoal do autor, de livros e de outras fontes. A fase subsequente refere-se à execução da pesquisa. Partindo desse pressuposto, tal pesquisa caracteriza-se enquanto seus objetivos como descritiva e quanto os seus procedimentos como bibliográfica e documental.

*A priori*, na realização da pesquisa, foi executada a revisão bibliográfica e documental de caráter descritivo. De acordo com Gil a pesquisa descritiva,

[...] tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. (GIL, 2008, p. 28).

Partindo desse pressuposto, Prodanov e Freitas assinalam que:

Tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 53).

Em se tratando da pesquisa documental, Gil assinala que:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 2008, p. 51).

Ainda conforme o autor (*idem*), (*ibidem*),

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2008, p. 51).

Foram utilizados como suporte para a pesquisa documental, os acervos dos Arquivos Públicos Municipal, do Jornal Folha do Norte, da Arquidiocese de Feira de Santana e os Acervos Particulares dos Senhores Antônio Ramos e Carlos Mello.

Quanto à pesquisa bibliográfica, Marconi e Lakatos a conceituam como:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183)

Portanto, foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica serviu como fundamento à compreensão cronológica de Feira de Santana e os conceitos referentes à arqueologia, segundo Luiz Cleber Morais Freire (2011), André Prous (2007), Antonio Batista de Britto (1939), Pedro Tomás Pedreira (1983), Rollie E. Poppino (1968), Gastão Sampaio (1977), Martin (1996) Carlos Etchevarne e Rita Pimentel (2011), Carlos Ott (1958). Quanto à pesquisa documental foram pesquisados e analisados, os Acervos do Jornal Folha do Norte, que se destaca como uma preciosa memória da história feirense, deste acervo, vários jornais serviram como referencial para esta pesquisa. Serviram de suporte os acervos particulares dos senhores Carlos Mello e Antônio Ramos, como também o acervo pessoal do autor.

## **2. CAPÍTULO: OS PRIMEIROS BRASILEIROS E SUAS TRAJETORIAS DE OCUPAÇÃO**

### **2.1. Conciso Relato da Ocupação Humana na Região Nordeste do Brasil.**

A arqueologia como uma ciência que estuda a trajetória humana em seus diferentes aspectos através da cultura material remanescente, busca através dos vestígios da presença humana, reconstruir parte da história dos povos que nos precederam. Neste contexto, o território hoje denominado nordeste brasileiro, foi desbravado desde a Pré-história por diferentes grupos étnicos. Os nativos foram os primeiros povoadores desse território que aqui teriam chegado há milhares de anos. Os indígenas atuais são os descendentes dos primeiros humanos que adentraram ao território brasileiro. A esse respeito, Martin assinala que:

Os primeiros homens que chegaram ao Nordeste brasileiro eram, pelos dados que até agora possuímos, como os índios atuais. Racialmente pertenciam a grupos mongoloides como, aliás, todos os habitantes das Américas anteriores à colonização européia [sic]. Dentro das naturais variedades, existe, portanto, uma homogeneidade indiscutível nos diferentes grupos humanos brasileiros, o que identifica todos os índios sul-americanos como oriundos de uma mesma origem. (MARTIN, 1996, p.53).

Na verdade, por muito tempo acreditou-se nesta hipótese de que os primeiros habitantes eram índios pertencentes a grupos tipicamente mongoloides formados por caçadores - coletores e pescadores não especializados. Porém, estudos vêm sendo desenvolvidos por pesquisadores de diversos ramos das ciências, como Walter Neves desde então, e tal hipótese não é mais sustentável, pois o povoamento remonta a datas cada vez mais remotas e o resultado de estudos arqueológicos em fósseis humanos aponta aspectos físicos com traços negroides.

Atualmente parece haver consenso entre pesquisadores sobre o processo de ocupação humana nas Américas em se tratando da existência de diversas ondas migratórias. Acredita-se terem ocorrido diversas imigrações tanto por terra, quanto por mar, e com tipos raciais distintos. Partindo desse pressuposto, Carvalho, F.L., assinala que:

[...] desde tempos remotos, convivem na América grupos humanos de várias procedências. São os sustentadores da teoria **pluriracial**. A população indígena da América pré-colombiana resultou de diversas imigrações a partir de tipos raciais distintos: algumas efetuadas pelo Estreito de Bering [mongóis e esquimós], outras, através do Oceano Pacífico e da Antártida [australianos e malaio-polinésios]. A seqüência [sic] de ilhas e arquipélagos no Pacífico e entre a Tasmânia e a terra do fogo teriam sido utilizados pelo caminho natural para o ingresso do homem pré-histórico na América do Sul. (CARVALHO, F.L., 2003, p. 24).

Diversas pesquisas arqueológicas têm sido desenvolvidas no intuito de compreender como se deu o processo de ocupação humana no Nordeste. Pesquisas realizadas no Sítio Arqueológico Pedra Furada em São Raimundo Nonato, no Sudeste do Piauí, revelam através das datações pelo método do carbono 14, que o Nordeste do Brasil teria sido habitado há cerca de 50.000 anos atrás. O Parque Nacional Serra da Capivara constitui-se como uma das mais importantes áreas arqueológicas das Américas e possui um importante potencial arqueológico capaz de elucidar ao menos em parte a história dos povos que nos precederam. Neste contexto, Buco aponta que:

[...] Escavado por mais de dez anos, esse sítio abriga descobertas muito importantes para se conhecer a pré-história brasileira, como carvão de fogueiras encontradas nas camadas arqueológicas. Há evidências de ocupação humana no local que remontam há 50 mil anos. Essa é a datação mais antiga para uma fogueira feita por seres humanos em todo o continente americano. (BUCO, 2014, p. 17).

A ocupação humana no Nordeste é evidenciada através de diversos sítios arqueológicos, onde ficou registrados a presença do homem no nordeste há milhares de anos. Cabe destacar uma significativa representação da pré-história brasileira batizada com o nome de Luzia por Walter Neves. Trata-se de um fóssil humano, mais especificamente, um crânio pertencente a uma mulher encontrado em Lagoa Santa, Minas Gerais em 1970. Tal fóssil deu nome também a um conjunto de esqueleto encontrado na mesma região, denominando-os de “Povo de Luzia” e ou “Raça de Lagoa Santa”. A esse respeito, Prous expõe que:

Um pouco ao norte de Belo Horizonte, a região de calcário de Lagoa Santa e a encosta da Serra do Cipó forneceram a maior coleção de esqueletos disponíveis para o estudo biológico das

primeiras populações americanas. Muito parecidos entre si, formam a chamada 'raça de Lagoa Santa'; o mais antigo esqueleto, popularizado sob o nome de Luzia, foi encontrado no abrigo nº IV da Lapa Vermelha. (PROUS, 2007, p. 25).

O crânio de Luzia constitui-se como sendo o fóssil humano mais antigo encontrado nas Américas. O estudo realizado em tal fóssil aponta que Luzia teria morrido com cerca de vinte anos de idade e tinha como uma de suas características físicas - traços negroides, fato que reforça a teoria defendida por pesquisadores como Walter Neves, sobre a existência de diversas ondas migratórias, tanto pelo Estreito de Bering vindos da Ásia, quanto pelos mares provenientes da Oceania e de Ilhas do Pacífico.

### **2.1.1. Ocupação Humana na Bahia**

A Bahia foi amplamente povoada por grupos humanos em diferentes momentos, fato que ficou documentado através dos diversos tipos de vestígios remanescentes desses povos encontrados no território baiano, dentre os quais podemos citar: o Recôncavo Baiano, Chapada Diamantina, Vale do São Francisco, Vale do Paramirim, Serra do Espinhaço, Sul da Bahia, Oeste Baiano, entre outros, onde pode ser indicada a pluralidade cultural, associada aos vestígios dos diferentes grupos nativos. por exemplo. Segundo Etchevarne e Pimentel,

Os vestígios arqueológicos relativos às populações pré-coloniais encontram-se em todas as partes do território da Bahia, não havendo exclusão de nenhum dos ambientes naturais atuais. Efetivamente, podem ser encontrados locais com restos de habitação, acampamentos ou de oficinas nas zonas da Mata Atlântica, no Semiárido, no Vale do São Francisco, na Chapada Diamantina e no domínio do cerrado, no Além São Francisco. A profusão e a variedade de sítios arqueológicos são um excelente indicador da pluralidade de sistemas adaptativos criados pelos grupos humanos, em diferentes períodos anteriores à chegada dos portugueses. (ETCHEVARNE; PIMENTEL, 2011, p. 27).

Sabemos que os aspectos geomorfológicos eram muitas vezes fatores determinantes para a escolha de grupos para sua fixação de moradias em se tratando de áreas de fácil acesso a captação de recursos como água, alimentação e matéria-prima. Nesse contexto, Etchevarne e Pimentel apontam que:

Com a concepção de que o espaço natural é apropriado historicamente de forma diferenciada, podemos aceitar, em linhas gerais, uma divisão segundo a qual o território que constitui hoje o Estado da Bahia pode ser dividido em grandes áreas. Estas são delimitadas grosso modo por aspectos ambientais que de alguma forma condicionaram ou favoreceram a implantação de grupos humanos que desenvolveram sistemas adaptativos diferentes. (ETCHEVARNE; PIMENTEL, 2011, p. 31).

Como já mencionamos, o território baiano foi amplamente povoado desde os tempos remotos, fosse como moradia permanente ou ocupação sazonal. Neste contexto podemos inferir que nos territórios que compreendem a área da Chapada Diamantina ao rio São Francisco foram abitados por diversos grupos nativos que deixaram registrada sua presença através da cultura material.

A área territorial que constitui hoje a Chapada Diamantina foi habitada por povos que deixaram inscrita sua presença através dos registros rupestre, da cerâmica, do material lítico, entre outros vestígios remanescentes da sua cultura material. De acordo com Etchevarne,

Na região central do Estado, especificamente na Chapada Diamantina, por força da altura alcançada em alguns pontos desse planalto, ocorrem chuvas orográficas com aparição de uma importante vegetação densa de altitude. No resto do território do Estado, ao norte e ao sul dessa chapada, a paisagem torna-se agreste, com espécies vegetais adaptadas às chuvas escassas e concentradas a um curto período do ano. O Além-sanfrancisco, por sua vez, influenciado por outro regime de chuva, está tomado, na sua maior parte, pelo cerrado, com algumas manchas de transição entre este ecossistema e o semiárido. (ETCHEVARNE, 2000, p. 31).

Tal afirmativa exposta pelo autor [Etchevarne] evidencia a região da chapada Diamantina, bem como o território do São Francisco como regiões bastante favoráveis a ocupação humana no passado, bem como ainda nos dias de hoje representam-se como territórios amplamente habitados. Corroborando a ideia anterior sobre a ocupação humana no Vale do São Francisco, Etchevarne descreve que:

[...] a ocupação humana do vale desse extenso rio, que passa por vários estados nordestino, foi motivo de diferentes estudos com recortes microrregionais. Contudo, ainda eles não são suficientes para

conseguir estabelecer um quadro sociocultural e cronológico dos grupos que neles se instalaram. (ETCHEVARNE, 2006, p. 46).

Sendo assim, ainda há muito da história desses povos para ser elucidada, através de estudos arqueológicos, principalmente no que diz respeito a pesquisas precisas referentes aos processos de ocupação desse vasto território. De acordo com Marques,

A hipótese mais aceita pelos pesquisadores, afirma que a chegada dos grupos humanos na região do Submédio e Baixo São Francisco, deu-se há aproximadamente 9.000 anos atrás, quando povos de origem mongolóide - asiática – que tinham atravessado o Estreito de Bering, ocuparam principalmente as zonas inter e subtropicais do território brasileiro em busca de condições naturais que favorecessem o seu estabelecimento. (MARQUES, 2006, p. 102).

Os índios que atualmente habitam a região do São Francisco, através de suas práticas culturais, podem colaborar com futuros estudos para compreensão das práticas executadas pelos grupos do passado, como por exemplo, o reconhecimento da continuidade das práticas ceramistas e dos solos sagrados para seus rituais.

As diferentes áreas geomorfológicas do estado da Bahia proporcionaram ao nativo a escolha de diferentes locais para captação de recursos e moradia. O contexto geográfico da Chapada Diamantina é diferenciado ao compararmos com o Recôncavo.

A região do Recôncavo Baiano pode ser considerada como um cenário de ocupação indígena desde a pré-história. As diversas informações referentes às dinâmicas históricas destes grupos podem ser encontradas através dos seus diferentes tipos de vestígios arqueológicos. Entre os grupos étnicos indígenas que habitaram a região estão os povos vinculados à Tradição Aratu, presença marcante em várias regiões através de sua cultura material encontrada em diversos sítios arqueológicos, como aponta Etchevarne,

Existem registros de outros sítios Aratu localizados em várias partes do território do Recôncavo, por exemplo, o que se encontra no campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no município de Cruz das Almas, nas imediações da Reitoria. Ainda que não tenha sido

escavado, sua localização nas proximidades de um curso de água e sua posição no cume de uma colina, com boa visibilidade sobre o horizonte circundante, corroboram um padrão de instalação frequente nesses grupos, para esta região. Outro sítio Aratu foi encontrado na Usina Aliança, município de Candeias, localizado na década de 80, com a descoberta ocasional de uma urna funerária. (ETCHEVARNE, 2000, p. 37).

A escolha para fixação de moradia em áreas colinadas estava relacionada a um padrão estratégico em que esses grupos tivessem uma boa visibilidade do território habitado, evitando possíveis ataques despercebidos. O mesmo padrão de ocupação dos grupos Aratus era geralmente adotado por outros grupos pré-históricos como os Tupis-guarani, grupos que provavelmente teriam ocupado o território, até então Aratu, após uma possível expulsão, como assinala Etchevarne,

A partir do século XIII d.C. constata-se a chegada, no atual território baiano, de outros grupos de horticultores ceramistas que, provavelmente conquistaram, ou então empurraram os precedentes Aratu para outros espaços. Referimo-nos aos grupos de origem Tupi. De fato, localizaram-se algumas situações arqueológicas em que a disposição dos vestígios remete fortemente a uma ocupação imediata Tupi de um local Aratu, indicando uma possível expulsão. (ETCHEVARNE, 2000, p. 37).

Os grupos Tupis, assim como os povos pertencentes à Tradição Aratu, eram agricultores, cultivavam a mandioca, assim também ceramistas, produziam as cerâmicas para as atribuições das atividades. A fabricação dos diferentes objetos cerâmicos e sua distribuição fragmentada revela a quantidade de integrantes nos grupos, do, porém, ao contrário dos últimos, os primeiros cultivavam a mandioca amarga, conforme aponta os estudos de Etchevarne,

Os diversos grupos Tupi eram também horticultores, porém especializados no cultivo da mandioca amarga que, uma vez ralada e transformada em pasta, processavam para a extração dos elementos tóxicos, mediante a utilização de objetos cerâmicos específicos, os grandes pratos ou assadores. As aldeias eram grandes, se considerarmos a distribuição espacial dos restos cerâmicos nos sítios, o que comportaria um índice demográfico alto. Situavam-se em pontos estratégicos, com boa visibilidade sobre o território, próximos a rios, podendo-se pensar, por isto, que também faziam uso de canoas como meio de deslocamento. (ETCHEVARNE, 2000, p. 37).

Tal assertiva exposta pelo autor nos faz pensar que os aldeamentos Tupis eram provavelmente povoados por grupos populosos. A ocupação territorial no Recôncavo é realizada através do povo Tupi-guarani, diferentemente de Feira de Santana, que tem sua ocupação marcada pela presença dos Payayas.

### **2.1.2. Ocupação Humana em Feira de Santana**

O povoamento do território onde está localizado o município de Feira de Santana, que anteriormente pertenceu aos Guedes de Brito, detentores do grande latifúndio da Casa da Ponte, teve sua ocupação primária pelos índios Payayas. Como relata Rollie Poppino:

A estrutura social básica do município de Feira de Santana desenvolveu-se durante o período colonial. Nessa época já se delinear a composição racial da população e muitas das instituições sociais estavam consolidadas. Quando os primeiros europeus se fixaram na gleba, que veio a ser o município de Feira de Santana, encontraram-na habitada pelos índios das tribos Aimoré e Paiaia. (ROLLIE POPPINO, 1968, p. 79).

Apesar de, segundo a literatura, Feira de Santana ter sido habitada primeiramente pelos índios Payayas e Aimorés, neste estudo, nos deteremos apenas à ocupação no território feirense através dos índios Payayas tendo em vista a escassez de bibliografia referente à habitação dos Aimorés.

O método de vida dos habitantes pré-coloniais da região de Feira de Santana, seguiam os padrões de escolha de habitação pelo homem primitivo, escolhendo sempre fixar-se em locais que seriam propícios à sua vivência, estando sempre em proximidade aos rios, que eram fontes de alimento. A região de feira de Santana era propícia à esta escolha pois estava cercada por uma grande rede hidrográfica. Como informa Galvão,

Desde a mais antiga e remota antiguidade, a história dos povos esteve sempre associada à Geografia. Ainda aqui o homem teria o senso de fixação à terra entre a rede hidrográfica dos rios Jacuípe, Pojuca e o Subaé, com uma dezena de alagadiços, dentro da vastidão de um

tabuleiro que serve de pórtico para o sertão, por vezes adusto, e de caatingas agressivas. (GALVÃO, 1982, p. 25).

Segundo relata Carlos Ott, (1993, p.35), “os payayá devem ser classificados como caçadores-coletores tornados agricultores, fabricantes de ferramentas de pedra e cerâmica. Seriam também conhecedores da arte da construção usando ossos, madeiras, palhas trançadas de licuri e folhas de Palma”.

Os primeiros feirenses, os Payayas, utilizaram o território, usufruindo de seus rios e solos para o sustendo da aldeia até a chegada dos não-índios, a partir de então foram aldeados, escravizados e muitos foram mortos, para que os latifúndios pudessem ter lucros, dando vigor à colônia. Segundo Santos,

Nessa época, os índios eram vistos como uma população indesejável que deveria ser expulsa das terras para o melhor aproveitamento das potencialidades da colônia. Por outro lado, os indígenas também eram vistos como um reservatório de mão de obra a excitar a cobiça portuguesa. Uma das estratégias utilizadas para “amansar” os indígenas foi a criação de aldeamentos. (SANTOS, 2010, p. 18).

O fato é que tão logo os portugueses pisaram em solo brasileiro, viram na presença dos índios uma possibilidade de lucro, ou seja, uma forma de tirar proveito e também um obstáculo as suas conquistas, em se tratando de que os índios eram detentores de vastos espaços territoriais e na maioria das vezes lutavam bravamente contra as investidas dos colonizadores europeus para não perderem o domínio de tais terras.

## **2.2 - Os Payayas e a Trajetória de ocupação.**

Os Payayas, pertencentes ao grande tronco linguístico Jê, povoaram quase que todo o território baiano. Nas classificações de Carlos Ott (1993), os Payayas, pertencem a segunda cultura pré-histórica baiana. Sendo da nação Cariri, que povoaram do rio de Contas até o rio São Francisco.

Nativos destas terras baianas, os Payayas, conheciam quase que por totalidade seu território e o percorria em busca de caça, ou saindo do interior para o litoral em algumas épocas do ano. Para Carlos Ott (1993, p.18) o nome dos Payaya, tribo cariri do vale do Paraguaçu, ao que tudo indica tem sua origem no quéchua, no qual a palavra 'yaya' significa pai e 'pay' significa 'ele', podendo traduzir Payaya com 'ele o pai'.

Quando os europeus chegaram ao território brasileiro no século XVI, com a intenção de desbravar o território para a criação de gado e plantação de cana de açúcar, ocasionaram a partir de então conflitos com os nativos. Os Payayas não aceitaram de imediato a colonização por parte dos europeus, e tão pouco a redução por parte da igreja católica. Santos descreve que:

Os primeiros contatos entre os payayá e os agentes coloniais possivelmente ocorreram entre o final do século XVI e início do século XVII, por meio da expansão curraleira e das expedições de João Coelho, Gabriel Soares de Sousa e Belchior Dias Moréia pelo sertão, em busca da nascente do Rio São Francisco e de metais e pedras preciosas. Valendo ressaltar que desses primeiros encontros vieram também as primeiras animosidades, que só tenderam a crescer devido a ocupação do Recôncavo pelo cultivo da cana de açúcar e do fumo e a invasão das terras do "sertão de dentro" pelo gado e vaqueiros dos D'Avila da Casa da Torre. Família de sesmeiros que possuía duzentas e sessenta léguas pela margem esquerda do rio São Francisco e oitenta léguas pela margem direita do mesmo rio. (SANTOS, s.a, p. 1).

Há indícios da ocupação do povo Payaya, em variadas localidades do estado da Bahia, sendo que sua dispersão ocorre paralela aos grandes rios baianos. A grande incidência ocorre na região das cidades de Jacobina, Wagner, Santo Estevão, Feira de Santana e Irará. Como descreve Bandeira,

O que o governador Francisco Barreto desejava era destruí-las e convencer os payayases a mudarem suas aldeias para aquela localidade, com o propósito, talvez, de deixar a serra da Jacobina, onde eles habitavam, livre para a exploração das minas de prata que supostamente lá se encontravam [...]. (BANDEIRA, 2000, p. 156).

Os Payayas, estavam presentes em quase todo território baiano, de Jacobina ao Recôncavo. As primeiras terras do Payayas, foram as de Jacobina, nestas terras

retiravam o sustento da aldeia e realizavam seus rituais. Considerados grandes guerreiros e defensores de suas aldeias, relutaram a colonização. Segundo Santos,

Diversas fontes documentais dos séculos XVII e XVIII registram as ações dos payayá e suas relações com os agentes coloniais, revelando o quanto esta etnia afetou os núcleos de povoamento do recôncavo e do sertão. Diante disso, este trabalho visa descrever a trajetória histórica de uma etnia que consistiu em uma verdadeira “muralha humana” durante os séculos XVII-XVIII, resistindo ao movimento de expansão e ocupação colonizadora das terras do interior da Capitania da Bahia, em específico do sertão das Jacobinas. Por meio dos discursos e representações que os agentes coloniais (autoridades, missionários e colonos) fizeram a respeito dos payayá. (SANTOS, s.a, p. 1).

Como descreve Santos (s.a), os Payayas, formaram uma espécie de “muralha humana” para defender seu território e seu povo. Em especial aos que estavam nas terras de Jacobina.

A existência dos Payayas é registrada em diversos locais da região baiana, Além dos territórios da Chapada Diamantina, que compreende Jacobina, Wagner e Itaberaba, é registrado a presença destes povos em Feira de Santana, Santo Estevão e Irará, como também em outras áreas do estado, como no exemplo da cidade de St. Antônio de Jaguaribe. A presença dos Payayas é comprovada arqueologicamente através de vestígios da cultura material, que foram utilizados nos afazeres diários do povo, sendo na caça na pesca ou no plantio. Os vestígios retratam o modo que viviam os nativos. O Arqueólogo Carlos Ott foi responsável por grandes descobertas referente ao Payayas no território baiano, materiais advindos das escavações arqueológicas, das prospecções, como também de doações. A este respeito, Ott assinala que:

Grande foi por isso minha admiração quando um dia me mandaram de Nazaré das Farinhas uma ponta de lança de 21 cm de comprimento, de 8,50cm de largura e de apenas 5mm de espessura; tinha sido encontrada na aldeia de índios de St. Antônio de Jaguaribe, na qual foram aldeados Paiajá do vale do Paraguaçu. (OTT, 1993, p. 30).

Os Payayas são os primitivos habitantes do território Feirense, com a chegada dos europeus este povo passou por várias situações desagradáveis de opressão,

chegando ao combate com os colonizadores. Os Payayas invadiram propriedades, e assaltaram diversos moradores em diferentes localidades. De acordo com Ott,

Os Paiaiás, embora várias vezes vencidos, não derem trégua aos colonos, durante quase todo o século XVII. Em 1612, invadiram o distrito e engenho de Capanema. Em 162, não deixaram viv'alma nos campos do Aporá. E não tendo mais em que satisfazer seu instinto de vingança, assaltaram os moradores de Itaporocacas, passando depois a atacar as nascentes vilas de Cachoeira e Maragogipe, e indo até a zona de Jaguaripe e Jequiriçá. (OTT, 1958, p. 20).

Os vestígios arqueológicos foram encontrados em várias regiões do estado. Em Feira de Santana, os Payayas deixaram vestígios de sua presença. Uma ponta de lança e uma mão de pilão foram identificados, como pertencentes a este grupo. Um dos vestígios, a mão de pilão, estava em posse do feirense, o Sr. Cristóvão Barreto. Segundo Ott (1958, p.77), "H. von Ihering ainda viu um exemplar maior de mão de pilão, na coleção do Sr. Cristóvão Barreto, a saber, de 1,38 m de comprimento, achado em Feira de Santana, em uma excavação [sic] de 6 m profundidade".

Nas proximidades de Feira de Santana, o município de Irará também foi habitado por índios Payayas, acreditamos que este tenha sido o último território habitado por eles. Muitas evidencias asseguram ser verídica a presença deste povo neste território, os nomes indígenas nas localidades é uma delas. Santos (2010, p. 18) assegura que: "[...] a região de Irará já era habitada pelos indígenas paiaiás, pertencentes ao grupo dos quiriris da grande nação dos tapuias".

A vasta área ocupada pelos Payayas no estado da Bahia, ainda no período colonial, revela a importância deste povo na história territorial do estado, os nativos foram colonizados, aldeados e mortos em nome do progresso, para o engrandecimento das riquezas da Coroa de Portugal. Em todo o estado, diversos vestígios foram encontrados por arqueólogos comprovando as evidências sobre a trajetória dos Payayas no território baiano.

As práticas culturais e religiosas dos payayas foram suprimidas, com a chegada do colonizador, sendo que este impôs ao nativo sua cultura e religião. Todavia o próprio colonizador agregou à sua cultura características da cultura dos nativos. Segundo Ott,

Assim será possível reconstruir a vida e a cultura dos índios baianos, de uns mais, de outros menos, ajudando, porém nesta reconstituição numerosos elementos folclóricos; pois apesar de o brasileiro ter odiado o índio, aceitou dele ou por intermédio dele muitos costumes. O índio já tinha cultivado várias plantas de maior importância para o novo ameríndio, como o milho, a mandioca, o aipim, o feijão, a abóbora. Por isso o brasileiro aceitou do índio o método de plantar e aproveitar tudo isso, embora substituiu o pau pontiagudo do índio para virar a terra pela enxada, o forno primitivo de cerâmica para fazer a farinha de mandioca por uma chapa de bronze ou de ferro, o machado de pedra por machado de aço, e assim por diante. Mas era uma colaboração tácita, pois cada um precisava do outro; e assim convivia o brasileiro com seu inimigo indígena e este com o invasor de suas terras. (OTT, 1993, p. 68).

O povo brasileiro tem a sua cultura mesclada, elementos dos europeus e dos nativos, compõem a diversidade cultural brasileira. Na trajetória dos Payayas, mesmos nos locais em que foram dizimados, algumas características são perceptíveis, sendo a fabricação da cerâmica ou até mesmo o nome de uma cachoeira.

Os Payayas foram aldeados pelos colonizadores, tendo em vista a utilização de seu corpo para o trabalho braçal. Outro fator dos aldeamentos era retirada dos nativos do seu local de origem, levando-os a territórios estranhos, para dificultar a adaptação, isto ocorreu muito na região de Jacobina, por conta da extração dos metais preciosos.

### **2.2.1- Aldeamento**

Os nativos eram habitantes do território que compreende o município de Feira de Santana. Estes povos conheciam o território, sabiam onde encontrar seus alimentos, como também as jazidas para a fabricação das ferramentas, que utilizavam na caça e nas guerras entre eles. Para Etchevarne e Pimentel,

Os grupos indígenas do passado os sabiam bem reconhecer e localizar as suas jazidas, sendo essas áreas bastante visitadas para a captação dos recursos. Para os artefatos lascados, uma classe de

rochas era a mais adaptada e, para os artefatos polidos, outros tipos eram necessários, a depender das suas resistências. (ETCHEVARNE; PIMENTEL, 2011, p.40).

Como dissemos acima, o nativo conhecia o território, graças ao seu gênio nômade, tinha condições de captar alimentos e disputar espaços. A este respeito Bresciani (2000, p.09) afirma que “Os índios por seu gênio nômade e mutável se deslocavam a outro lugar, ou por degrado de suas moradas de palha, ou por falta de mantimentos ou por guerras entre eles e, às vezes por fogo casual ou atizado em estado de raiva ou bebedeira”.

Com a chegada dos colonizadores, esta realidade foi modificada, pois ocorreu também a inserção do europeu e do negro escravizado, que ora fugitivo das propriedades, cria quilombos para seu refúgio. Conforme Moraes,

As tribos dos índios Paiaía que ali existiam tinham fartura de caça e pesca. Eles viviam nas terras dos escravos fugidos do recôncavo, em destino aos quilombos localizados em locais como o Buraco de Joaquim e a caverna dos negros na serra de São José com o seu quilombo e suas serras que até as datas vistas existem cerca de pedra que dividem as áreas. (MORAIS, 2011, p. 10).

O europeu colonizador, por ter tomado posse das terras e propriedade dos índios conforme a Coroa Portuguesa, tem a necessidade de aldear os nativos. Este aldeamento compreendia em agrupar os povos com o auxílio da Igreja Católica. No território baiano, os aldeamentos tiveram início na cidade de Salvador. Conforme Freire, F.,

Esse trabalho começou nas circunvizinhanças da cidade, desde o governo de Thomé de Souza, com a criação das aldeias no rio Vermelho, a de S. Thiago, meia légua da cidade, no Pirajá; a do Espírito Santo, no rio Joanes. Até então, a esse trabalho não presidia uma idéia política de organização, senão a fé chirstã do jesuíta. [sic]. (FREIRE, F.,1998, p.91).

No processo de aldeamento os nativos eram catequisados, batizados e aprendiam a Língua Portuguesa. Segundo Ott, (1958, p.21) “Assim, em 1676, foram aldeados índios Paiaía no distrito de Maragogipe e em outros lugares do litoral. Arrancavam-

nos do seu ambiente, para melhor domina-los em outras regiões que lhes eram desconhecidas e onde ficassem isolados”. Este método de retirada do território foi muito utilizado durante o processo de aldeamento.

Muitos nativos foram submetidos aos aldeamentos por meio das Missões dos Religiosos, que dentre eles os mais famosos por estas práticas foram os padres Jesuítas, seguidos pelos Capuchinhos. As maiores incidências das missões foram nas proximidades do Rio São Francisco Segundo Freire, F.,

Deram boas notícias na Bahia dessas missões, que receberam elogios de Portugal. A Aldeia de Urucapaca tornou-se celebre em Lisboa, recebendo o padre Martin grandes elogios do proprio rei. Era um convento de religiosos. Os jesuítas entenderam então fazer missões pelo rio S. Francisco, convidados pelos capuchinhos. Alguns portugueses tentaram sublevar as missões. E no lugar[sic] havia um homem que foi preciso ser excomungado pelo Arcebispo. Foi preso e quando passava o rio, cahio[sic] nagua[sic] e morreu. Outro chamado Francisco Pereira muito fez contra os missionários. Um anno[sic] e meio depois de começada a aldeia de Urucapaca, um portuguez alcançou promover a fuga de alguns índios. (FREIRE, F.,1998, p.96).

As missões religiosas por meio dos aldeamentos, não tiveram aceitabilidade por completo, nem dos nativos e tão pouco dos colonizadores. Como refere o autor, muito dos Portugueses, colaboravam para com as fugas dos aldeados.

O aldeamento foi instaurado por questões econômicas, no que se dizia respeito à extração dos metais e pedras preciosas, que muitas das vezes tinham suas jazidas nas terras dos nativos, e religiosas, por verem os padres à necessidade de catequiza-los. Como informa Freire, F.,

Interesses economicos e da propagação da fé christã pelos jesuítas, por entre os índios, foram as causas principais das explorações e entradas que se fizeram pelos sertões do Brazil [sic], abrindo-os á açoes beneficicas do trabalho industrial e agrícola e ligando as capitancias entre si, por meio de estradas que as communicaram [sic] (FREIRE, F.,1998, p.66).

Para os religiosos, o sentido primeiro do aldeamento era a conversão dos gentios, com o intuito de livrá-los dos pecados carnais. Mas para os colonizadores o

aldeamento teria outra intenção, que era a utilização da mão-de-obra. De acordo com Bresciani,

Em efeito, a conversão dos gentios, visada pelos Padres, sugeria os mesmos critérios: afastar os índios de seus costumes contrários a vida cristã, como a poligamia, antropofagia e bebedeira; e conservar unidos entre si os recém-convertidos para facilitar a catequese e a prática das virtudes cristãs, longe dos não cristãos. Afastamento das práticas pagãs e estabilidade nas moradias [...] Desde o começo, os Padres se interessaram pelas aldeias dos índios com o objetivo de ajudar a conversão deles e encaminhá-los para uma vida cristã e civilizada. Também os colonos ou moradores se interessavam pelas aldeias dos índios, mas só para seus próprios interesses, tirar deles mão-de-obra para suas lavouras, escravizando os índios. (BRESCIANI, 2000, p.08).

Os nativos resistiram por muitas vezes aos ideais do aldeamento, entraram em confronto várias vezes com os colonizadores, e os padres. Lutavam entre si, e muitos grupos nativos após se renderem aos colonizadores auxiliavam nas conquistas de outras etnias. A redução jesuítica teve sua relevância enquanto defesa dos nativos, defendendo-os da escravidão dos senhores brancos. Segundo Freire, F.,

Garcia d'Avila ahi foi ferido. Os índios foram vencidos. Voltou para a missão e depois foi para a Bahia, sendo recebido pelo governador, não obstante ele dizer que temia fossem os capuchos francezes contra o Estado, desviando a vontade dos índios em favor do rei da França. Voltou para a aldeia. E logo depois, houve uma nova guerra a 70 leguas entre os portugueses[sic] e cariris, em Canabrava. Foram presos os índios, dentre elles alguns da aldeia do padre Anastacio, que protestou nos tribunales[sic] juntamente com os jesuítas. Venceram e os índios voltaram para Canabrava, dos jesuítas. (FREIRE, F., 1998, p.66).

Tudo isso demonstra o sentimento de proteção que os padres tiveram com os nativos, mesmo interferindo nos seus costumes, modificando seu modo de vida, e sua religiosidade, obrigando a acreditar em um Deus judaico-cristão, convertendo-os ao catolicismo. Com as missões dos aldeamentos, os nativos eram catequisados, e em decorrência da catequese os padres não eram favoráveis a escravidão. Outrossim, tudo isso levou a desapropriação das terras onde os payayas estavam inseridos, sendo o sentido do aldeamento para os colonizadores, dando a eles, a posse das terras.

### 2.2.2- Os peabirus

Os milenares caminhos utilizados pelos nativos para percorrem o território, facilitando assim a mobilidade dos grupos, receberam o nome de Peabirus. De acordo com Beltrão (2011, p. 32), “Eram trilhas abertas na mata pelos indígenas, possuindo cerca de 1,50m de largura e leito rebaixado em cerca de 40 cm em relação ao nível atual do solo, recoberto em alguns casos, por gramíneas ou rochas”. Inúmeros Peabirus, interligavam o território, do litoral brasileiro ao interior do continente. Em vários estados brasileiros estes caminhos, deram lugar para as estradas que foram abertas pelos colonizadores. Segundo Beltrão,

Destarte, para se entender a estratégia ocupacional não se deve menosprezar a importância dos peabirus (ou trilhas ou melhor, caminhos) que ligavam as tribos Tupi-Guarani por todo o território brasileiro. Por esta razão, afirmamos que o Brasil, antes de ser descoberto, já estava interligado por essa rede de trilhas chamado ‘peabiru’, cujo significado, em Tupi, é ‘caminho que se percorre’. (BELTRÃO, 2011, p. 31).

Estes caminhos, são de grande relevância para o entendimento do modo de vida dos nativos, leva-nos a compreender sua dispersão no território e sua importância no processo de colonização. No período da colonização vários destes caminhos foram utilizados pelos nativos como dispersão por todo território. Estes mesmos caminhos foram utilizados pelo homem branco em busca dos nativos, sendo que muitas vezes, o próprio nativo auxiliou neste processo. Conforme Freire, F.,

O objetivo [sic] da empresa [sic] era combater, destroçar e aprisionar os Moracús que se situavam nas regiões da Serra de Orobó. O itinerário a seguir, segundo a opinião de Rodrigues Adorno, era o caminho do Jacuipe, do qual desistiu pelo voto dos índios de Itapicurú, que preferiram o caminho de Itapicurú. (FREIRE, F.,1998, p.38).

O colonizador aproveitou destes caminhos para facilitar a trajetória de colonização neste território. Os peabirus serviram de traçado para diversas das atuais rodovias brasileiras, segundo os mesmos contornos que faziam os nativos. No estado da Bahia, o antigo Peabiru que se tem registro, fazia ligação entre a região da Chapada Diamantina com o litoral. Como descreve Beltrão,

Muitas das estradas existentes hoje, como já dissemos, são remanescentes de antigos peabirus. Um dos exemplos é a hoje conhecida 'Estrada do Feijão' que liga Salvador, no litoral, a Irecê, no interior da Bahia, com mais de 400 km de extensão, que em língua tupi era denominada 'mairapé'. (BELTRÃO, 2011, p. 33).

O peabiru, que consiste hoje na BA-052 (conhecida como Estrada do Feijão), é um dos mais antigos caminhos do estado da Bahia. Considerado como milenar, sua existência neste território, representa a mais antiga ligação entre o sertão e o litoral. A professora Maria Beltrão, que desenvolveu diversas pesquisas no estado da Bahia, relata sobre esse caminho de ligação do estado. Conforme relata Beltrão,

[...] conforme pesquisa que encetamos décadas atrás, comprovamos que esse Peabiru existia há vários milhares de anos, muito antes da ocupação Tupi. Essa idade foi obtida por correlação a representação pictórica que descobrimos de um cachalote a 400 km do litoral da Bahia. Nossa avaliação foi tomada a partir do estilo da pintura do cachalote (semelhante a utilizada para reproduzir a figura do toxodonte-animal pleistocênico extinto há, pelo menos, 6.000 anos A.C.), que revela uma articulação cultural entre o litoral e o alto sertão, permitindo que lhe seja atribuída uma antiguidade considerável. (BELTRÃO, 2011, p. 33).

Os peabirus contribuiriam no desenvolvimento da colonização, como ainda hoje, contribui, no desenvolvimento do País, com as estradas que surgiram em decorrência dos cominhos abertos pelos nativos. A este respeito, Bueno relata que:

Pode-se afirmar que as trilhas e os caminhos pelos quais o país se expandiu, os sítios onde se erguem suas grandes cidades, inúmeros produtos agrícolas que hoje saciam a fome da nação, bem como vários hábitos e costumes nacionais, são fruto direto de um conhecimento milenar – que, embora esteja dessa forma preservado, na essência se perdeu. (BUENO, 2010, p. 11).

Por este caminho pode ter ocorrido à dispersão dos Payayas no território baiano, chegando ao que corresponde hoje o município de Feira de Santana.

### 3. CAPÍTULO: OCUPAÇÃO COLONIAL

A ocupação colonial no território Feirense se deu a partir das incursões dos colonos ao interior, saindo das ricas terras do Recôncavo, aonde cultivavam cana-de-açúcar, para as áridas terras do sertão, onde a dita produção seria inviável, mas sim propícia para a criação de gado. Neste território foram instalados diversos currais de gado, sendo pontilhado todo o sertão. Segundo Freire, L.,

As origens do povoamento da região de Feira de Santana, pelas fazendas de gado, remontam ainda aos primeiros séculos de nossa colonização, quando o sertão da Bahia começou a ser ocupado pelos portugueses. Inicialmente, buscaram metais preciosos e o aprisionamento do gentio. Posteriormente, perceberam que para além das ricas terras de massapé do recôncavo estava uma terra que, mesmo não sendo ideal para o cultivo da cana-de-açúcar, era apropriada para a pecuária. (FREIRE, L., 2011, p. 35).

Diversas áreas que outrora estavam habitadas por nativos, onde desenvolviam seus costumes e rituais, foram paulatinamente invadidas por colonos, que usurparam as terras dos nativos, se dizendo donos, levando ao êxodo dos diversos povos que ali habitavam. Sendo que esse procedimento de tomada de terra, poderia ocorrer com ou sem consentimento da Coroa. Conforme Freire, L., (2011, p. 35), “O sertão, antes povoado pelos índios foi, pouco a pouco, invadido pelos colonos que se apossaram de vastas extensões de terra, respaldados pela outorga real, por intermédio do sistema de sesmarias, ou sem ela”.

Com a chegada dos portugueses em 1500, a Terra das Palmeiras, como era conhecido o Brasil por seus primeiros habitantes, já estava povoada por nativos há milhares de anos. Estes povos donos de todo o território, onde plantavam, caçavam e retiravam da terra o sustento, após a chegada do homem branco, tem suas terras confiscadas, sendo expulsos, do que a eles pertenceram por milhares de anos. A diferenciação entre o homem branco e o nativo era o modo de vida dos povos. Os dois tinham suas organizações, mas com métodos diferentes. O nativo utilizava para defesa, o arco e a flecha, e o homem branco, detinha a arma de fogo. A este respeito, Etchevarne,

Efetivamente, com o colonizador, uma nova ordem irrompe, truncando os processos sócio-históricos que eram próprios a esses povos. A

bagagem ideológica européia se impõe e com ela uma percepção diferente do ambiente. Conseqüentemente, um modo radicalmente diverso de apropriação do território e dos recursos naturais instaura-se, novos componentes humanos incorporam-se; equipamentos tecnológicos experimentam-se e animais e plantas são introduzidos, substituindo os nativos e transformando a paisagem regional. (ETCHEVARNE, 2000, p.128).

Os nativos passaram por processos de aculturação, tudo era novo, as roupas europeias, as armas, a língua, o culto religioso. O período da vivência dos nativos, ante a chegada dos colonizadores, consideramos pré-colonial, sendo que após a inserção dos colonizadores, como colonial. Segundo Etchevarne,

Assim, do ponto de vista da arqueologia, podemos destacar um período pré-colonial e outro colonial, conforme se trate de evidências materiais que sejam anteriores, concomitantes ou posteriores à chegada do português. Certamente à chegada dos portugueses ao território nordestino, o litoral se configurava como um cenário onde se movimentavam grupos étnicos diferentes. Não obstante, grandes áreas estavam sob o domínio de povos que arqueologicamente podem ser enquadrados na Tradição Ceramista Tupi-guarani. Referimo-nos aos Tupinambá, na faixa costeira norte, juntamente com os Caeté e os Potiguar e, no litoral sul da Bahia, os Tupiniquim. No processo de conquista e colonização européia, esses grupos foram paulatinamente desaparecendo como entidades etnicamente diferenciadas, por extermínio, aculturação ou miscigenação. (ETCHEVARNE, 2000, p.129).

O território brasileiro sendo repleto de riquezas naturais era utilizado pelos nativos conscientemente, a vegetação, os rios, e os animais, eram utilizados para o sustento. Os nativos plantavam mandioca, para o feitiço da farinha, pescavam, caçavam, tudo isso com a sabedoria que detinham sobre as matas. Com a chegada do homem branco, inicia-se o processo de degradação do meio ambiente, já, nos primeiros anos da colônia. Para Fausto,

O chamado achamento do Brasil não provocou nem de longe o entusiasmo despertado pela chegada de Vasco da Gama à Índia. O Brasil aparece com uma terra cujas possibilidades de exploração e contornos geográficos eram desconhecidos. Por vários anos, pensou-se que não passava de uma grande ilha. As atrações exóticas – índios, papagaios, araras – prevaleceram, a ponto de alguns informantes, particularmente italianos, lhe darem o nome de Terra dos Papagaios. O rei Dom Manuel preferiu chama-la de Vera Cruz e, logo depois, de Santa Cruz. O nome Brasil começou a aparecer em 1503. Ele tem sido associado à principal riqueza da terra em seus primeiros tempos, o pau-brasil. Seu cerne, muito vermelho, era usado como corante e a

madeira, de grande resistência, era utilizada na construção de móveis e de navios. (FAUSTO, 2006, p. 16).

A extração do Pau-Brasil (árvore que viria dar nome ao território brasileiro) marca o início desta degradação, a extração feita apenas visando lucro, dinheiro, sem preocupação com os nativos, era executada como escambo, o português retirava a madeira e trocava por objetos com os nativos. Os objetos que poderia ter o mínimo valor para o colonizador, mas para o nativo, era o novo. Ainda conforme Fausto,

Nesses anos iniciais, entre 1500 a 1535, a principal atividade econômica foi a extração do pau-brasil, obtido principalmente mediante troca com os índios. As árvores não cresciam juntas em grandes áreas, mas se encontravam dispersas. À medida que a madeira foi se esgotando no litoral, os europeus passaram a recorrer aos índios para obtê-la. O trabalho coletivo, especialmente a derrubada de árvores, era uma tarefa comum na sociedade tupinambá. Assim, o corte do pau-brasil podia integrar-se com relativa facilidade aos padrões tradicionais da vida indígena. Os índios forneciam a madeira e, em menor escala, a farinha de mandioca, trocada por peças de tecidos, facas, canivetes e quinquilharias. (FAUSTO, 2006, p. 17).

O contato dos nativos com o homem branco foi de extrema importância para o colonizador, que conseguia por meio de trocas adquirir o que queriam. O contato trouxe para estas terras várias situações que anteriormente não existiam. Podemos citar como exemplo as doenças, que retiraram a vida de milhares nativos. Estes povos não tinham anticorpos contra as doenças que adentraram neste território com os colonizadores.

Foi nesse cenário que apresentou-se o contexto das Capitanias Hereditárias no território brasileiro, que foi dividido em quinze porções de terras que ficaram conhecidas como Capitanias Hereditárias.

As capitanias foram distribuídas às pessoas importante da Corte, todas que possuíam prestígio. Além das terras os donatários, recebiam poderes sobre a terra e o povo. Toda autoridade era dada ao donatário, menos a coleta de impostos. Sendo que deveriam arcar com todas as despesas da colonização. Segundo Fausto,

O Brasil foi dividido em quinze quinhões, por uma série de linhas paralelas ao Equador que iam, do litoral ao meridiano de Tordesilhas,

sendo os quinhões entregues aos chamados capitães-donatários. Eles constituíam um grupo diversificado onde havia gente da pequena nobreza, burocratas e comerciantes, tendo em comum, suas ligações com a Coroa. (FAUSTO, 2006, p. 18).

As capitânicas foram doadas de forma aleatória, tendo como limites apenas a geografia da costa brasileira. Sendo que no ato de repartir o território, não foi pensado as divisões que outrora foi feita pelos nativos que habitavam o território. Cabia aos donatários várias atribuições, uma delas era a distribuição de terras em forma de sesmarias. Ainda conforme Fausto,

Os donatários receberam uma doação da Coroa pela qual se tornaram possuidores, mas não proprietários da terra. Não podiam vender ou dividir capitania, cabendo ao rei o direito de modifica-la ou mesmo extingui-la. A posse dava aos donatários extensos poderes tanto na esfera econômica e na arrecadação de tributos como na esfera administrativa. As instalações de engenhos de açúcar, de moinhos de água, assim como o uso de depósito de sal, dependiam do pagamento de direitos; parte dos tributos devido à Coroa pela exploração do pau-brasil, de metais preciosos e dos derivados da pesca, cabia também aos capitães-donatários. Do ponto de vista administrativo, tinham o monopólio da justiça e autorização para fundar vilas, doar sesmarias, alistar colonos para fins militares e formar milícias sob seu comando. (FAUSTO, 2006, p. 19).

Com a ocupação colonial, o Brasil, que anteriormente era habitado apenas por nativos, passa a ter a presenças de europeus, que chegam a este território em busca das abundantes riquezas.

### **3.1 Ocupação no Nordeste**

O Nordeste, como todo o território brasileiro, era habitado por nativos de diversas nações. Viviam em liberdade, conforme as diretrizes do grupo. Com a chegada do colonizador, os nativos que habitavam o litoral, foram os primeiros a sofrer com o truculento processo colonizador, o homem branco se apossou de tudo que pertencia aos nativos. A este respeito, Etchevarne afirma que:

A ocupação portuguesa do território nordestino pode ser considerada um divisor de águas, em termos cronológicos, pelo impacto provocado no universo das sociedades indígenas. Efetivamente, com o colonizador, uma nova ordem irrompe, truncando os processos sócio-históricos que eram próprios a esses povos. A bagagem ideológica europeia se impõe e com ela uma percepção diferente do ambiente.

Conseqüentemente, um modo radicalmente diverso de apropriação do território e dos recursos naturais instaura-se, novos componentes humanos incorporam-se; equipamentos tecnológicos experimentam-se e animais e plantas são introduzidos, substituindo os nativos e transformando a paisagem regional. (ETCHEVARNE, 2000, p.128).

A chegada do colonizador modificou a rotina dos nativos, mudando efetivamente seus costumes, sendo que no primeiro momento, foi tentado um contato amigável, mas não surtiu efeito em muitos nativos, alguns se renderam aos presentes do colonizador, outros não, tudo isso levou a uma verdadeira transformação da vida do nativo. Conforme Etchevarne,

A ação colonizadora é de tal forma poderosa e intrusiva no universo indígena que podemos dizer, sem temor de nos enganar, que ela inaugura um novo momento, a partir do qual as sociedades indígenas não serão mais as mesmas. Este pressuposto permite-nos estabelecer uma macroperiodização que leva em consideração esse momento de chegada do colonizador. (ETCHEVARNE, 2000, p.129).

O território recém-conquistado era encantador, o que poderia levar a outros povos, também forasteiro a disputarem pelo mesmo território. A vasta extensão territorial que compreendia a Bahia levou a compreensão de sua divisão em Sesmarias, por Tomé de Souza. Sendo que uma das primeiras atividades executadas neste território foi à criação de gado, confiada aos Garcia D'Ávila. Outrossim, Maciel destaca que:

Retomamos aqui o início do povoamento do interior do Brasil, ainda no século XVII, prática motivada pelos cuidados urgentes tomados pela coroa portuguesa a fim de preservar as terras recém-conquistadas de outras nações, que desde a "descoberta" passaram a vislumbrar as maravilhas do Novo Mundo. Seguindo essa tomada de posição, com a chegada do Capitão Tomé de Souza em 1549, o território da Bahia foi dividido em sesmarias a serem adquiridas a quem interessasse ou gozasse de prestígio junto ao Governo, tudo com a finalidade de povoar e demarcar essas terras. O Governador Geral do Brasil trouxe muitas ordens e coisas em sua comitiva, e uma delas foi um rebanho de bois trazidos das ilhas de Cabo Verde, os quais foram doados, juntamente com uma grande faixa de terra para seu protegido Francisco Garcia D'Ávila, que se tornou o primeiro grande criador de gado do Brasil. (MACIEL, 2010, p.55).

A colonização da Bahia se fez através, principalmente, da criação do gado e da cultura do açúcar nos engenhos que se instalaram nos vales férteis próximos ao litoral, nas terras ricas do Recôncavo, tão cheio de nobreza, de histórias e lendas, que constituem

uma importante parte da história da Bahia. Assim havia um imenso território entre a Chapada Diamantina e o Recôncavo, território formado por planícies imensas e cortada por rios intermitentes, cujo único grande curso era o Paraguaçu, e por isso escolhido como caminho preferido pelos colonizadores. Nesta vasta região floresceu a mais democrática e humana das civilizações que se desenvolveram na Bahia, em todos os tempos, que foi a civilização do Pastoreio, com a criação do Gado.

Cidades hoje decadentes contam histórias em suas calçadas de pedras irregulares, em seus velhos casarões de azulejos, e de janelas de guilhotinas, também os seus templos, na beleza de suas imagens, falam de uma civilização opulenta, memórias dos áureos tempos do cultivo do açúcar. Em Santo Amaro, Cachoeira, Nazaré e São Gonçalo dos Campos ainda se sente o ambiente de séculos atrás. Senhores fidalgos e donos de engenhos e de muitos escravos ali viveram.

Para além do Recôncavo, isto é, longe do predomínio do cultivo do açúcar, a princípio, havia apenas os aventureiros em busca dos metais preciosos. Essa busca provocou uma série de incursões pelo interior do estado. Como consequência surgiu diversos agrupamentos de colonizadores. As então cidades de Rio de Contas, Caetité, e nas terras que pertenceram a Romão Gramacho, nas proximidades do rio Itapicuru, hoje a cidade de Jacobina.

Várias foram às expedições que varreram o território da Bahia: Vasco Rodrigues Caldas, Gabriel Soares, Belchior Dias e as expedições originadas da Casa de Garcia D'Ávila.

### **3.2 Sesmarias**

O regime de sesmarias é instituído em Portugal, chegando ao Brasil no período da colonização. A ocupação das terras pelo regime de sesmaria, ocorreu por intermédio dos colonizadores. Este processo colonizador, quando instaurado no Brasil, sofreu modificações, pois diferentemente da Europa, as terras do Brasil não eram trabalhadas, no que diz respeito a grandes latifúndios. Pois os nativos já cultivavam a terra. Segundo Diniz,

A história territorial do Brasil tem início em Portugal, onde encontramos as origens do nosso regime de terras. A ocupação das terras brasileiras pelos capitães descobridores, em nome da Coroa, trouxe o modelo português de propriedade para o Brasil. Em suas origens, o regime jurídico das sesmarias liga-se aos das terras comunais da época medieval, chamado de communalia. Antigo costume das regiões da Península Ibérica, as terras eram lavras das comunidades, divididas de acordo com o número de munícipes e sorteadas entre eles, a fim de serem cultivadas. (DINIZ, 2015, p. 01).

As sesmarias igualmente como as Capitânicas hereditárias, eram doadas às pessoas com prestígios perante a Coroa Portuguesa. Gigantescas propriedades foram distribuídas, transformando os territórios os quais compreendiam as sesmarias em verdadeiros latifúndios. Os terrenos doados como sesmarias detinham 50 léguas, mas o administrador não tinha autoridade completa da sesmaria. Este foi o processo de ocupação territorial do Brasil. Conforme Neves,

Os capitães donatários recebiam gratuitamente 50 léguas de costa, tornando-se reais proprietários de apenas 20% das terras. Os outros 80% deveriam ser distribuídas sem qualquer ônus, a título de sesmaria, cujos sesmeiros se obrigavam a cultivá-las num prazo máximo de cinco anos. (NEVES, 1998, p.53).

As áreas que outrora eram habitadas por nativos, foram entregues aos colonizadores com a intenção de cultivá-las. O sesmeiro, agora administrador das terras, teria a obrigação de cultivá-la em cinco anos, sendo que pouco foi cumprido este acordo. O sesmeiro recebia além das terras algumas atribuições legais da coroa, como a arrecadação de impostos e execução da justiça em alguns casos. De acordo com Fausto,

A atribuição de doar sesmarias deu origem à formação de vastos latifúndios. A sesmaria foi conceituada no Brasil como uma extensão de terra virgem, cuja propriedade era doada a um sesmeiro, com a obrigação – raramente cumprida de cultivá-la no prazo de cinco anos e de pagar um tributo à Coroa. Os direitos reservados pela Coroa incluíam o monopólio das drogas e especiarias, assim como a percepção de uma parte dos tributos. O rei assegurou ainda o direito de aplicar a justiça quando a hipótese fosse de morte ou retalhamento de partes do corpo de pessoas de condição nobre. Pôde nomear, além disto, uma série de funcionários para garantir que as rendas da Coroa fossem recolhidas. (FAUSTO, 2006, p. 19).

As sesmarias foram divididas através das capitânicas. O sentido real das sesmarias era povoar e cultivar o território. A entrega das porções de terras aos sesmeiros tinha a intenção de não deixar improdutivo a terra, sendo uma obrigação, como dito anteriormente, do sesmeiro não deixar a terra improdutivo, ocorrendo o risco de perdê-las. Pois para a Coroa o que importava era o lucro, através do cultivo das terras. Referente a este assunto, Diniz afirma que:

A sesmaria era uma subdivisão da capitania, que tinha o objetivo de ser aproveitada. A ocupação da terra era baseada em um suporte mercantil lucrativo para atrair os recursos disponíveis – já que a Coroa não possuía meios de investir na colonização –, consumando-se numa forma de solucionar as dificuldades e promover a inserção do Brasil no Antigo Sistema Colonial. (DINIZ, 2015, p. 03).

A pose da terra dada ao sesmeiro através da administração, era um incentivador para a proliferação da presença colonizadora nas terras brasileiras. O ato de administrar as terras levava ao sesmeiro a ter a obrigatoriedade do cultivo, pois poderia perder com o tempo, a propriedade, estando a terra sem produção. Diniz descreve que:

A proposta tratava de incentivar a ocupação das terras e estimular a vinda de colonos. Tê-la no início da colonização significava mais um dever do que um direito, já que estava sua cessão condicionada ao aproveitamento da terra e à transferência dessa propriedade após um certo tempo. As sesmarias estavam regulamentadas segundo algumas ordens do Reino. (DINIZ, 2015, p. 03).

Os sesmeiros eram administradores do território, sendo que eles não detinham a propriedade por completo, e sim, apenas o cunho que lhe cabia de acordo com as cartas de concessões. Referente a este conceito Diniz (2015, p. 03), assinala que: É importante lembrar que as sesmarias não eram de domínio total dos donatários ricos, mas apenas lhes tocavam as partes de terras especificadas nas Cartas de Doações. Os donatários se constituíram em administradores investidos de mandatos da Coroa para doar as terras.

Nas solicitações das sesmarias, os territórios da Caatinga eram evitados utilizando um discurso referente à falta de pastagem, sendo que mais tardiamente foi colonizado, pois perceberam que a vegetação era propícia à criação, igualmente as das matas do

litoral. Pois nem todas as árvores ficavam sem folhas nos períodos secos, e com isso era utilizado suas folhagens para alimentar o gado. Conforme Abreu,

Os primeiros colonos evitaram os caatingais; nos requerimentos de sesmaria alegam sempre que as terras não têm pastos suficientes, por causa das caatingas. Mais tarde, porém, acomodaram-se com elas: porque entre um tronco e outro há sempre comédia; entre uma caatinga e outra há sempre campos; de certas árvores que não perdem a folha, aproveita -se a rama para alimentar a galaria contra o flagelo das secas. Finalmente, estas matas virgens plebéias, que designamos por uma palavra da língua tupi, revestem formas muito diferentes, que podem emparelhar quase com as florestas prósperas do litoral ou nivelar-se, com o campo rasteiro. (ABREU, 1960 p. 194).

A sesmaria tem seu início em Portugal, chegando ao Brasil com as mesmas regras, mas diferentemente de Portugal este solo já era habitado por nativos, que não se renderam facilmente aos sesmeiros, que invadiram suas terras.

### **3.2.1- Os Grandes Sesmeiros da Bahia**

A região da Bahia foi dividida em duas grandes porções de terras, estando inseridos em seu espaço geográfico os grandes rios. Destes, podemos destacar os rios Jacuípe, Itapicuru, Salitre, São Francisco, que serviram de limites geográficos destas sesmarias. Estas sesmarias pertenceram às grandes famílias oligárquicas, de Francisco Garcia d'Ávila e a de Antônio Guedes de Brito, todavia João Peixoto Viegas, destacou-se como grande sesmeiro, tendo parte das sesmarias dos Guedes de Brito. Dentre eles, sobressaíram os Garcia d'Ávils, que conquistaram diversas sesmarias, no Nordeste do Brasil, desde a Bahia, até os limites do estado do Maranhão. A este respeito Freire, L., discorre que:

Na Capitania da Bahia, duas famílias se destacaram na obtenção de sesmaria: a de Francisco Dias d'Ávila e a Antônio Guedes de Brito, já bastante exploradas pelas pesquisas históricas. Além dessas famílias, destacou-se João Peixoto Viegas como um dos grandes sesmeiros do Brasil Colonial. Dias d'Ávila e seus descendentes, adquiriram sesmarias e ocuparam vastas áreas do sertão do São Francisco[...]. (FREIRE, L., 2011, p.39).

O verdadeiro intuito da doação das sesmarias aos Garcia d'Ávila e Guedes de Brito, foi de eliminar os problemas de colonização do vasto território, com as sesmarias, as

terras teriam a administração do sesmeiro, sendo mais viável para a Coroa. As sesmarias proporcionaram mais conquistas de terras. Como relata Freire, F.,

A legislação da metropole cogitou de sanar certas inconveniências que dificultavam a expansão colonial, como principalmente a grande extensão territorial que foi concedida em sesmarias. Basta dizer que, toda zona entre rios *Itapicurú*, *Inhambupe*, *S. Francisco*, foi dada a duas famílias – *Dias Avila* e *Britto Guedes*, na Bahia, que estenderam os seus domínios por *Piauhhy* [sic], *Pernambuco* e *Rio Grande do Norte*. (FREIRE, F., 1998, p.138).

Os grandes sesmeiros da Bahia detinham poder sobre os territórios que compreendiam suas propriedades. As demarcações das sesmarias eram os grandes rios. Os Garcia D`Ávila se destacaram na criação de gado e pelo extenso território conquistado pela Casa da Torre.

### **3.2.2- Os Garcia D`Ávila e a Casa da Torre**

A Casa da Torre, dos Garcia D`Ávila, foi a mais bem-sucedida sesmaria do Brasil colônia, durante o período colonial, seus limites abrangiam quase que todos os estados do nordeste brasileiro, durando quase 300 anos, passando por diversas gerações da família. A Casa da Torre é parte significativa da história colonial brasileira. A verdadeira oligarquia foi implantada pela família D`Ávila, por diversos logos anos, povoaram com currais e desbravaram o território do estado da Bahia. A este respeito Bandeira afirma que:

A Casa da Torre constitui, porém, um caso único e extraordinariamente significativo na história do Brasil, dado que sucessivas gerações da mesma família, ao longo de dois séculos, desbravaram os sertões do Nordeste, como se missão cumprissem, distendendo mais e mais as terras que seus antepassados conquistaram, e mantendo sobre elas, até meados do século XIX, um domínio com características evidentemente similares às de um feudo da Idade Média. (BANDEIRA, 1935, p. 21).

Os senhores da Casa da Torre, por quase 300 anos detiveram, o poder econômico, político e militar sobre o vasto território que compreendia a sesmaria. Assimilando o regime feudal europeu. As grandes conquistas foram adquiridas através de persuasão e da força dos subalternos. Segundo Bandeira,

[...] a Casa da Torre, a mais importante força no desbravamento e conquista dos sertões do Nordeste, estabeleceu o domínio sobre vasto território, onde assumiu poderes equivalentes aos do estado, e explorou-os, economicamente, ao longo de três séculos, como se fosse um feudo. (BANDEIRA, 1935, p. 27).

Das duas importantes casas de sesmeiros na Bahia, a Casa da Torre, se destacou principalmente na criação do gado e na cultura da conquista de terras. A este respeito Almeida, (2004, p. 35), destaca que: “Uma delas destacou-se no conhecimento ou na memória popular, a Casa da Torre. Tinha como representante Garcia Davila, vindo para Bahia com o primeiro Governador do Estado, Tomé de Souza”. Garcia D`Ávila, esteve à frente da casa da torre, comandando as expedições ainda com idade avançada, até sua morte no ano de 1609, passando a administração da sesmaria, a seu neto, Francisco Dias D`Ávila. Conforme Bandeira,

Garcia d`Ávila, então com 81 anos, faleceu, ao que tudo indica, entre 19 e 20 de maio de 1609, um ou dois dias depois que ditara o testamento para Francisco de Oliveira escrever, e foi enterrado na Sé da cidade do Salvador, amortalhado no Hábito de S. Francisco e acompanhado pelas confrarias de Nossa Senhora da Ajuda e do Mosteiro do Carmo. (BANDEIRA, 1935, p. 120).

Francisco Dias D`Ávila, igualmente a seu avô, liderou grandes entradas ao território para agregá-las às suas propriedades recebidas por herança. Algumas das aquisições realizadas por ele teve ajuda de Manoel Pereira Gago, que era procurador de seu avô. Fez também, a introdução dos Monges Beneditinos nas terras que outrora receberam por Garcia D`Ávila. Ainda conforme Bandeira,

Francisco Dias d`Ávila, herdeiro da Torre de Tatuapara e de todo o seu domínio, não ficou sozinho. Manoel Pereira Gago, ‘gente honrada de Porto Seguro’, velho amigo e procurador do seu avô, de quem recebera como legado pelos seus bons serviços as terras do S. Francisco, apoiou-o com a sua experiência e tirocínio. Introduziu os monges do Mosteiro de São Bento, em 1612, a concertar com ele, *pro bono pacis*, uma composição amigável em torno da herança do avô, e a reconhecerem seu próprio direito às terras no S. Francisco, que lhes foram deixadas por Garcia d`Ávila. (BANDEIRA, 1935, p. 121).

Longos foram os anos de glória da Casa da Torre de Garcia D`Ávila, o morgado foi transferido a diversos descendentes, sendo Domingos Pires de Carvalho e

Albuquerque, o último administrador do castelo da casa da torre. Quando por necessidade de repartir por heranças reivindicadas, todo o patrimônio foi extinguido.

Segundo Bandeira,

A partilha demandou, assim muito tempo e, fragmentado e vendido grande parte do patrimônio, o castelo de Garcia d'Ávila, abandonado na solidão de Tatuapara, e a ruir, passou para Domingos Pires de Carvalho e Albuquerque, o primogênito do visconde da Torre, que, entretanto, não herdou o morgado, extinto desde 1835, e o vasto domínio pertencente ao vínculo fragmentou-se na partilha. A Casa da Torre, assim, desapareceu. (BANDEIRA, 1935, p. 536).

A Casa da Torre dos Garcia D'Ávila, foi um dos mais duradouros e bem-sucedido morgado do território baiano, por séculos o morgado foi transmitido por gerações, chegando ao desaparecimento no século XIX.<sup>2</sup>

### 3.2.3- Os Guedes de Brito e a Casa da Ponte

Grande sesmeiro das terras baianas, proprietário da Casa da Ponte, Antônio de Brito Correa possuía vasta área de terra concedida pela Coroa. Ao decorrer dos anos, foram agregadas outras sesmarias à sua propriedade, criando o morgado da família Guedes de Brito, tendo em Antônio Guedes de Brito, seu filho, o destaque do morgado, passando por gerações a dominação das terras. Neves,

A família Guedes de Brito possuía uma imensa propriedade de terra que fora concedida pela coroa, e mais extensões territoriais conseguidas à força e por dominação servil. Por decorrência desse processo, a propriedade formou o morgado da família Guedes de Brito, o qual fora instituído por testamento no século XVII por Antônio de Brito Correa e sua esposa Maria Guedes sendo transmitido ao seu herdeiro Antônio Guedes de Brito. (NEVES, 1998, p. 57).

O então herdeiro da sesmaria, Antônio Guedes de Brito, recebe por doação terras que pertenceram a sua mãe e tios, agregando-as a sua. Vasto foi o território adquirido por

---

<sup>2</sup> MORGADO, do latim maioricatu , que significa o primogênito, herdeiro dos bens ou propriedades vinculados, o que significa que essas terras não poderiam ser divididas. HOLANDA, Aurélio Buarque de. Novo Dicionário, Ed. 2ª, p. 1160.

ele, entre o rio Jacuípe e Itapicuru. Tendo-as recebido, por conta das terras infrutíferas das “sesmarias dos tocos”. De acordo com Almeida,

Antônio Guedes de Brito, mais tarde incorporou as suas, as terras de sua mãe e tio, por morte deles em 1652 [...] o lusitano Guedes ainda recebeu por doação, em carta de 1655 ‘doze léguas de terra em quadras’ e mais outra área de terra entre o rio Jacuípe e Itapicuru e por eles acima, como compensação por ser as ‘sesmarias dos tocos’, segundo donatários ‘muito falta de águas e haver muitas matas e caatingas infrutíferas’. (ALMEIDA, 2004, p. 35).

A criação de gado era a principal atividade desenvolvida na sesmaria, este fator levou ao engrandecimento das terras dos Guedes de Brito. Com a criação de gado, havia a necessidade de expansão territorial, o que levou a conquistar as terras dos nativos. O território que compreendia a sesmaria foi povoado em tempos pretéritos, segundo Neves (1999, p.119), "povoamento e ocupação econômica dessa região, onde pioneiros se instalaram em tempos pretéritos, com fazendas de gado de Antonio Guedes de Brito e pecuária com trabalho escravo".

O território da sesmaria dos Guedes de Brito, enquanto grandioso latifúndio de 160 léguas formava o segundo maior morgado da Bahia, que ocupava a margem direita do rio São Francisco, compreendendo os rios Jacuípe, Itapicuru e Paraguaçu. Em disputa por extensão territorial perdia apenas para os Garcia D’Ávila, que eram proprietários de vastos territórios que compreende hoje, vários estados do Brasil. Segundo Pinho,

Guedes de Brito e seus sucessores, do mesmo modo, ocuparam a margem direita do rio São Francisco, entre este a as nascentes do Itapicuru e Jacuípe, e São Francisco acima, até a nascente do rio Paraguaçu. No terceiro quartel do Dezesseis eles ampliaram essas terras através de compras e heranças, que formou um extraordinário latifúndio de 160 léguas, desde o Morro do Chapéu, na Bahia, até às nascentes do Rio das Velhas, em Minas Gerais. (PINHO, 2001, p. 25).

Dentre o vasto domínio da sesmaria, estava “Inclusa neste desmensurado domínio figurava a ‘sesmaria de tocos’, doada a D. Guedes, sua mãe, a suas tias e tios: Ana Guedes, Sebastiana de Brito e Pe. Manuel Guedes Lobo, por D. Diogo de Menezes, Governador geral, em 14/12/1612”. Esta sesmaria foi passada para outros senhores até chegar à propriedade de João Peixoto Viegas (ALMEIDA, 2004, p. 35).

A grande sesmaria de Casa da Ponte passou por momentos de declínios com a morte de Antônio Guedes de Brito, sua herdeira, iniciou a repartição das terras. Uma das sesmarias que compreendia o morgado era a dos “tocos” que foi adquirida por João Lobo Mesquita, que concedeu, tempos depois a João Peixoto Viegas, as terras entre o Jacuípe e Água Fria. A este respeito, Santos expõe que:

Neste contexto, João Lobo Mesquita recebeu por cessão do proprietário da sesmaria "Casa da Ponte" uma grande área de terras, povoando-a com gado, escravos e moradias, abrindo a "estrada de boiadas" para o sertão. Em 1650, João Lobo de Mesquita concedeu parte de suas terras situadas entre Jacuípe e Água Fria a João Peixoto Viegas. (SANTOS, 2010, p.59).

O território feirense estava nos limites da sesmaria da Casa da Ponte, que pertenceram aos Guedes de Brito, esta sesmaria compreendiam terras do Jacuípe, Itapicuru e Paraguaçu. A sesmaria dos Tocós, que João Peixoto Viegas adquiriu era parte do morgado da Casa da Ponte.

#### **3.2.4 - João Peixoto Viegas e a Sesmaria dos Tocós**

João Peixoto Viegas, adquiriu as sesmarias que outrora pertenceram a Casa da Ponte, denominadas como: Itapororocas, Água Fria, e Jacuípe, estas sesmarias compreendem hoje vários municípios da região de Feira de Santana. Segundo Freire, L.,

A sesmarias de Itapororocas compreendia, praticamente, os limites Norte do atual município de Feira de Santana e mais os de Tanquinho, Candeal e Santa Bárbara. As outras sesmarias eram as de Jacuípe e de Água Fria. A primeira correspondia às terras localizadas entre os rios Jacuípe e Paraguaçu, desde as suas nascentes, até o encontro dos dois, próximos à então Vila de Cachoeira. A sesmaria de Água Fria seguia pela margem esquerda do rio Pojuca, abrangia mais ou menos as terras do município com mesmo nome, e os de Santanópolis, Iará, Coração de Maria, Lamarão, Pedrão e partes de Santa Bárbara. (FREIRE, L., 2011, p.43).

João Peixoto Viegas torna-se sesmeiro, e com sua família inicia o povoamento colonial do Município de Feira de Santana.

A carta de aquisição da sesmaria por João Peixoto Viegas relata todo o território que abrangeria a sesmaria. Na carta é descrito sobre os limites geográficos, a hidrografia existente, a fauna e flora, como também descreve os nativos, que habitavam o território. Podendo ser considerado como a certidão de nascimento, do que viria ser Feira de Santana e região.

João Peixoto Viegas Senhor Possuidor das terras da Agoa Fria Itapororocas Jacuibe Velho que hummas e outras São hereos vizinhas dos Tocos [...] vizinhas das dos Tocos e Pinda em Razão de não Sabermos aonde fin 25 da alias Sabermos aonde Chegão e acabão entre nos as ditas terras temos duvida parecendo a cada qual que nos entrarmos e tomamos hum ao outro. Viemos a Com cordarmo nos e acordamos amigavelmente por Conservarmos nossa antiga e boa amizade e evitar o trabalho e gasto de demarca das entre nos e nossos herdeiros conviemos e acordamos que a prezente digo que a partir e Sorte das Terras dos Toco e Pinda se me fez a primeiro Seguindo a data 15 della pela forma que se diz e se marca a Provizão da Sua Sesmaria e Se ponhão marcas e Signais que Serão para Sempre de 52regues com 20 as terras de Agua fria Itapororocas e Rio Jacuibe velho que tem a Sismaria de mim João Peixoto Viegas porquanto as ditas 25 terras de Toco e Pinda ficão ao Norte do dito Rio e Itapororocas Agua Fria [...].(BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL), 1928).<sup>3</sup>

Esta carta descreve também quais seriam os territórios abrangentes, Água Fria, Itapororocas e Jacuípe, que corresponde hoje a área geográfica da região de Feira de Santana.

Em São José das Itapororocas, que constituiu, primeiro local do segundo povoamento, no município de Feira de Santana João Peixoto Viegas, edificou sua residência, e uma capela. Estas construções teriam sido destruídas por nativos, sendo reerguidas pelo proprietário, que possuía vasto poder aquisitivo. Segundo Almeida,

Consta, pela história, que este senhor edificou 'Casa Forte de sobrado, em cal e pedra e uma Igreja nos Tocos'. Esta teria sido destruída, em parte, pelos índios e reedificada, logo após, pelo proprietário João Peixoto Viegas, rico detentor de inúmeras terras e gado, fazendo questão de ser tido e reconhecido como legítimo bandeirante e corajoso desbravador de muitas terras, embora tivesse que dizimar

---

<sup>3</sup> BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). Documentos históricos [Tombo das Cartas de Sesmarias do Rio de Janeiro dadas por Cristóvão de Barros (1573-74) dadas por Salvador Correia de Sá (1578-79)] / Biblioteca Nacional. Vol. 1. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1928.

silvícolas semi-edefesas para incorporar, ao seu já imensurável patrimônio, as regiões usurpadas. (ALMEIDA, 2004, p. 36).

O verdadeiro sentido do povoamento da região de Feira de Santana por João Peixoto Viegas foi à criação de gado, plantação de fumo e engenhos de açúcar. Este forma nestas terras uma verdadeira oligarquia com seus familiares. Como informa Mons. Renato de Andrade Galvão,

De 1619 a 1795, desde os irmãos Joao Peixoto Viegas e Felipe Peixoto, durante cento e cinquenta longos anos, a região de Feira de Santana foi povoada, colonizada, pontilhada de currais ou de açúcar, sobretudo com a cultura e exportação de fumo pelos Viegas, que ocuparam sempre as melhores terras, mantiveram hegemonia sobre a terra e o meio em regime quase feudal. (GALVÃO, 1982, p. 28).

Após, anos de ocupação e utilização das terras de Itapororocas, pela família de João Peixoto Viegas, tem instaurada neste território uma verdadeira dinastia, a este respeito Galvão assinala que:

Uma verdadeira dinastia se instala com os Peixoto Viegas, com o vínculo oficial do Morgado da Casa de São José das Itapororocas. Instituído nos últimos anos do século XVII, pode ser acompanhado através de escritura, registros paroquiais e outras notícias, com revelação de prestígio e decadência, na contingência humana de avós potentados e netos esbanjadores, hipotecando léguas de terras a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, ao Convento de Santa Clara do Desterro e a Irmandade de Salvador. Foram, portanto, os desbravadores, e povoadores das bacias do Jacuípe e Pojuca. (GALVÃO, 1982, p. 26).

Joao Peixoto Viegas foi o grande povoador do território feirense, com a aquisição da sesmaria dos Tocos, é implantado o morgadio de São José. Este acontecimento marca o segundo povoamento do território feirense.

### **3.3- A Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira**

O território do município de Feira de Santana, desde sua formação enquanto sesmaria, até o Arraial receber o título de Cidade, estava sob a jurisdição da então Vila de Cachoeira. A fazenda e a povoação pertenciam ao município de Cachoeira, sendo desmembrado em 1832. Nesse tempo, Cachoeira já era uma importante vila,

segundo Spix e Martius (1968, p.76) “Dentre as quarenta e duas vilas que compõem o território da Bahia de Todos os Santos, é a de Nossa Senhora do Rosário do Pôrto da Cachoeira a mais rica e populosa do Brasil”.

Situada a margem do rio Paraguaçu, a antiga Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, está separada de São Felix pela Imperial Ponte D. Pedro II, de 365 metros de comprimento, sobre as águas do rio. Foi o principal porto exportador de açúcar produzido nos engenhos do Recôncavo baiano nos séculos XVI, XVII e XVIII, e uma das mais ricas Vilas do Brasil Colonial, que outrora era o maior entroncamento comercial do Brasil. Segundo Junior,

[...] fazem da Cachoeira a maior encruzilhada comercial do Brasil: a de Muritiba, que segue até o rio das Contas e daí a Minas Gerais, Goiás, etc.; a de Belém que faz ligação da Cachoeira com a parte sul da Bahia e a de Capoeiruçu, que vai até a comarca de Jacobina para a Estrada Real do Gado, por onde segue as boiadas do Piauí. (JUNIOR, 1953 p. 12).

Primeira região a tornar-se independente de Portugal, aclamou dois meses antes do Grito do Ipiranga, o Príncipe D. Pedro I, como regente do Brasil.

Progressista durante três séculos, eis que na segunda metade do século XIX, com a decadência da economia e dos meios de transportes através do rio e da estrada de ferro, a cidade “para no tempo”. Mas, guardando uma memória de grandes vultos históricos, imponentes construções e um desempenho sempre marcante na história do Brasil.

Cachoeira recebe o título de Cidade Monumento Nacional, tem na sua arquitetura e nas tradições de origem africanas, como na festa de Nossa Senhora da Boa Morte, o fascínio que encanta visitantes de todo o mundo. Junto com a cidade de São Felix, forma um complexo arquitetônico harmonioso. A histórica e heróica cidade de Cachoeira foi uma das mais cobiçadas do Recôncavo baiano durante o período das lutas e até hoje ostenta os seus títulos. Cachoeira, a cidade mãe da cidade de Feira de Santana, é um patrimônio vivo da arte e da cultura.

### 3.4- O declínio da Sesmaria: o início das fazendas.

No decorrer dos anos o morgado que compreendia o território da sesmaria, da qual João Peixoto Viegas, é responsável, tem sua extensão territorial diminuída, sendo que, após sua morte, o morgado é passado para os familiares por gerações, essa diminuição acontece com a venda das propriedades que acima mencionamos. Segundo Galvão,

Ainda em 1777, sua filha Maria Madalena de Sá e Melo, era chamada em juízo a prestar contas dos bens do Morgado. Restavam os seguintes bens: 'Sítio de Canavieras' (parte), o terreno da povoação de São José, onde se encontra a capela que serve de freguesia, em uma casa de sobrado construídas sobre esteios, onde ela residia, 'outra casa de fabricar tabaco, coberta de telhas, outra casa que serve de hospitalidade', os sítios das fazendas 'Formiga, Supipira, Oiteiro do 'Bordom', Saco das Pedras e Gravatá. (GALVÃO, 1982, p. 28).

Estes acontecimentos, leva-nos a compreender como elucidou-se o fim da oligarquia dos Peixoto Viegas, após mais de uma centena de anos explorando o território que anteriormente pertencia aos Paiaias, e hoje compreende o território de Feira de Santana.

Após o que consideramos como segunda fase do povoamento do território feirense, por João Peixoto Viegas e sua família, depois do seu falecimento, sua viúva, a senhora, Joana de Sá Peixoto, inicia o processo de venda das terras da sesmaria. Com a venda das terras, várias propriedades que outrora pertenceu ao Viegas, passa a pertencer a outros proprietários. Conforme descreve Galvão,

Joana de Sá Peixoto, viúva de Peixoto Viegas, por escritura pública de 02 de janeiro de 1702 (vide livro 49, fls. 124 a 126), confirma a venda das terras da Lagoa do Capim, Pindoba (Instituto do Fumo e Universidade), Canavieiras (Pampalona), e Mangabeira (Cidade Nova) a Manoel Ribeiro Riba, morador do Iguape. Com Francisco de Sá Peixoto, sepultado em São José, o morgado entra em declínio com transação de vastas áreas, hipotecadas e executivas, resgatadas com terras, escravos e gado. (GALVÃO, 1982, p. 28).

A repartição da sesmaria marca o fim da colonização feirense por parte dos Peixoto Viegas. O território da sesmaria dos Viegas foi paulatinamente ocupado por fazenda que hoje compreendem a cidade de Feira de Santana. Como aponta Morais,

Outras fazendas surgiram: Fazenda Roca da Serra, Fazenda Terra Dutra, Fazenda Mucambo, Fazenda Tira Cambão, Fazenda Amaralina, Fazenda Engenho da Família Moraes, começava na região da Roca passando pela região da Serra, lagoa suja, lagoa da camisa e lagoa grande até o outro lado do povoado de São José. (MORAIS, 2011, p. 24).

Os territórios das outrora fazendas, que anteriormente eram locais de pasto para as criações, até hoje alguns permanecem na zona rural da cidade, ainda servindo de pasto para os animais. Sendo que alguma das fazendas foram transformadas em bairros do município. Podemos exemplificar com a Fazenda Canaviera, transformada em bairro Pampalona, e a Fazenda Terra Dura, que está localizada na zona rural do município.

Vários destes locais que anteriormente eram fazendas, nos dias atuais são bairros da cidade de Feira de Santana. Destas fazendas, a que teve maior destaque na história do município foi a Olhos D'Água, adquirida por Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandoa.

### **3.5- Domingos e Ana**

Reproduções das histórias sobre o povoamento do município faz em que Domingo Barbosa de Araújo e Ana Brandoa, recebam o título de povoadores e fundadores da cidade de Feira de Santana. Este singular e ditoso casal teve sua relevante colaboração para que ocasionasse o povoamento deste território. Todavia, não consideramos o casal como responsável pelo terceiro povoamento feirense. Esta relevância se consolida quando nestas terras, que outrora pertenceram a João Peixoto Viegas, vem a adquirir a fazenda Olhos D'água. Neste contexto, Galvão (1982, p. 27), assinala que: "Todavia não foram eles os povoadores e muito menos os pioneiros". Com a aquisição da fazenda, é implantado neste território a devoção a Santa Ana e São Domingos de Gusmão, seus santos onomásticos e padroeiros.

Domingos Barbosa e Ana Brandoa são apontados como fundadores de Feira de Santana graças ao prestígio junto à população da época, principalmente por conta da

doação das terras para a construção da capela em louvor a Santa Ana e São Domingos de Gusmão, é que, a única memória deste casal, está registrada em livros que pertencem ao cartório da antiga vila de Cachoeira, onde a senhora Ana Brandoa, pede a rogo, a escritura de doação das 200 braças de terra, em 28 de setembro de 1732. Como descreve Almeida,

O casal proprietário da fazenda Santana dos Olhos D'Água, adquiriu suas terras, nos idos de 1700 e doou, com escritura passada em 1732 'cem (100) braças em quadra' para Santana e São Domingos, onde foi edificada a capelinha no Alto da Boa Vista e em redor da qual foi surgindo um vilarejo com casas e casebres [...]. (ALMEIDA, 2004, p.39).

Nos tempos atuais, estas memórias ficam registradas nas bibliografias referentes à Feira de Santana. É de estranhar que suas sepulturas não são identificadas na cidade. Este casal, por relevante iniciativa, poderia ter sido sepultado na capela por eles erigida. Esta colocação leva-nos a pensar que, suas sepulturas poderiam ter ficado no piso da primitiva capela, local onde hoje se encontra a Catedral de Feira de Santana. Esta colocação pode realmente ter acontecido.

Se fizermos memória à igreja de Sant'Ana, anterior a última reforma, encontrava-se do lado esquerdo de quem adentrava (na capela do Santíssimo Sacramento), a sepultura do Padre Ovídio de São Boaventura, considerado o grande apóstolo feirense. A memória deste casal esvaiu-se ao esquecimento, Domingos e Ana, tiveram relevante importância na consolidação da cidade, contudo, ficando limitada aos registros bibliográficos.

Após a colonização por João Peixoto Viegas das terras onde hoje é o município de Feira de Santana, vários tropeiros e vaqueiros transitavam pelas terras que passaram a pertencer a Domingos Barbosa de Araújo, Cachoeirano e casado com Ana Brandoa. Que veio a adquirir a fazenda denominada Olhos D'água, local este com grande predominância de nascentes, sendo utilizado por tropeiros e vaqueiros para pouso. Para João Batista de Cerqueira,

Os tropeiros, vaqueiros e comerciantes que abriam as estradas e passavam por elas seguindo em direção ao Porto de Cachoeira logo iniciaram um processo de povoamento e fixação no local,

estabelecendo, também, relações comerciais entre si e com os moradores do local. A expansão do comércio resultou na feira livre e na feira de gado, onde as mercadorias e animais eram comercializados, sem a necessidade de os boiadeiros, tropeiros se dirigirem ao Porto de Cachoeira. As terras da Sesmaria foram, de forma paulatina, divididas em pequenas fazendas; uma dessas fazendas foi adquirida pelo Tenente Domingos Barbosa de Araújo e sua esposa, Ana Brandão. (CERQUEIRA, 2007).

O casal Domingos e Ana, foram importantes personagens do terceiro povoamento feirense. Talvez, se o referido casal não tivesse adquirido a fazenda Olhos D'água, e implantado o culto à Sant'Ana, a Cidade Princesa poderia não ter desenvolvido, permanecendo estagnada ao longo dos anos.

### **3.6- O Casarão dos Olhos D'Água**

O casarão dos Olhos D'água, como é conhecido, está situado a rua Dr. Araújo Pinho, que acreditamos ser a mais antiga estrada de rodagem da cidade. Sendo a estrada de ligação ao Recôncavo Baiano, por onde passaram, por diversos anos, tropas de mulas e rebanhos de gado. Possui uma arquitetura colonial, tipicamente do século XVIII, telhado de alpendre, com quatro águas. O casarão foi adquirido por Francisco José da Costa e Almeida, no ano de 1888, onde morou com familiares por muitos anos, neste casarão nasceram seus filhos e netos. Segundo Pedra,

o Senhor Francisco José da Costa e Almeida, maior, brasileiro, requereu, em sessão ordinária em 24 de Novembro de 1888, o título de aforamento perpétuo do termo municipal ocupado por sua roça, onde existia um antigo casarão com uma cruz na frente no lugar denominado fazenda Olhos D'água, subúrbio desta cidade de Feira de Santana. (PEDRA, 2005, s.p).

Anos passaram, e o casarão não serviria mais de moradia para a referida família, ficando abandonado. Por longos anos o casarão sofreu com as ações do tempo, por falta de manutenção, sofrendo depredações por vândalos. Na primeira década do ano 2000, por meio de acordo firmado entre a fundação Alfredo Pedra e a empresa Pirelli, foi executada uma reforma, evitando assim o seu desaparecimento.

Existem contradições sobre o Casarão dos Olhos D'água, os pesquisadores não são unânimes sobre sua história, uns o descreve como sendo pertencentes a fazenda

adquirida por Domingos Barbosa de Araújo e sua esposa Ana Brandoa, outros ainda, relatam que o casarão não estava nas propriedades do casal, corroborando então para o desmonte da confusão histórica sobre o referido.

Entre os herdeiros e antigos moradores desse casarão o Sr. José de Almeida Pedra, conhecido na comunidade feirense como Zeca Pedra, afirma que o casarão pertenceu a Domingos e Ana, e que ainda foi residência dos padres Jesuítas, servido de pouso para os vaqueiros que transitavam em direção ao Recôncavo. Segundo Pedra,

Dizem os mais velhos que neste casarão já moraram jesuítas e como também um casal de portugueses, Domingos Araújo e Ana Brandoa. Dizem também que Feira de Santana nasceu desta fazenda Olhos D'Água; era uma porta de entrada de todo tipo de comércio que vendiam para o centro da cidade negociar, inclusive vaqueiros com boiadas e cargas de rapadura, onde aos domingos colocavam o gado nos pastos e se arranchavam no casarão, e na 2a [sic] feira cedo iam para o campo do gado, que era onde hoje é a Biblioteca Municipal, e os rapadureiros iam para o Mercado Municipal vender suas rapaduras. (PEDRA, 2005, s.p).

Diferentemente do que relata Pedra (2005), conforme matéria do pesquisador Carlos Mello, publicada no Jornal Folha do Norte, o Casarão é uma farsa Histórica, na Cidade de Feira de Santana.<sup>4</sup> (MELLO, 2017).

A área que abrangia o encapelado de Sant'Ana dos Olhos d'Água, pertencente a Domingos e Ana. Tinha por medição mil e quinhentas braças de frente e duas mil seiscentas e setenta braças de fundo. Os limites do encapelado eram demarcados nas grandes e antigas lagoas, que desde outrora proporcionou o povoamento da região. Segundo Mello, C.,

O encapelado, denominado Sant'Ana dos Olhos d'Água tinha sua medição de mil e quinhentas braças de frente, e de fundo duas mil seiscentas e setenta braças. Principia o terreno de um marco de pedra cravado na altura da lagoa Queimadinha, que se acha mística, o outro denominado Prato Raso até onde nasce o riacho Cipriano Barbosa, (Avenida Padre José de Anchieta – Avenida do Canal) que divide as terras deste encapelado até fazer barra com o rio Jacuípe, segue até o marco que existe encravado na estrada que vai para Cachoeira (Rua Araujo Pinho), contendo oitocentas braças de frente, tendo os fundo

---

<sup>4</sup> Disponível em: < <http://folhadonortejornal.com.br/portal/wp-content/uploads/2015/12/ESPECIAL-CAD-I-e-II.pdf>>. Acesso em: 20 de novembro de 2017 às 15h35min.

para o dito rio e os Três Riachos, conforme registro existente na Secretaria da Fazenda e Delegacia Fiscal da Bahia, às folhas cinquenta e três do livro nº. 1. (MELLO, C., 2017, p. 8).

O território no qual está inserido o casarão, não abrangia a área da fazenda Santana dos Olhos D'água de Propriedade de Domingos Barbosa e Ana Brandoa, é inexistente documento algum que comprove que o referido casarão tenha pertencido a fazenda do casal, o único documento existente, é do pedido de aforamento, mas já no final do século XIX, por Francisco José da Costa e Almeida. Neste sentido Mello, C.,

O casarão pertence a Fundação Alfredo da Costa e Almeida Pedra conforme documentos, jamais fez parte das terras da fazenda Santana dos Olhos D'água, muito menos limite com a propriedade de Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandoa. Até o momento, não foi encontrado qualquer documento histórico do município de Feira de Santana, que fizesse referência ao casarão da família Pedra. Único documento que se encontra em mãos da família Pedra é sobre um aforamento de terras adquirido pelo senhor Francisco José da Costa e Almeida, obrigado que foi a pagar, anualmente, a título de foro, a quantidade de quinze mil reais em virtude da deliberação, em seção ordinária, através da Câmara, em 17 de março de 1887, conforme conta em Ata. A transcrição deste documento é assinado pelo presidente da Comarca Municipal da Cidade de Feira de Santana, Doutor Joaquim dos Remédios Monteiro, e o secretário, Francisco Batista Pedreira, em 20 de abril de 1888 (cópia se encontra anexada à parede no casarão). (MELLO, C., 2017, p. 8).

Toda criança feirense aprende na escola que o casarão pertenceu ao casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandoa, sendo esta reprodução uma farsa que teve início no ano de 1937. Neste contexto, Mello, C., assinala que:

A farsa histórica sobre o casarão da Fundação Alfredo da Costa e Almeida Pedra, que fica no bairro Areal, teve início em 1973 quando da primeira publicação em fotografia para ilustrar matéria no extinto Jornal Feira Hoje. Não corresponde a verdade que o citado casarão da Rua Araujo Pinho nº 1331, pertencera a Domingos Barbosa de Araujo e sua esposa Ana Brandoa. (MELLO, C., 2017, p. 8).

Na área do encapelado Sant'Ana dos Olhos d'Água, que pertenceu a Domingos Barbosa e Ana Brandoa, mais precisamente aos fundos da antiga usina de algodão, existiu uma casa até o século XX, serviu como escola que, segundo alguns historiadores é a casa de Domingos e Ana. No guia turístico da Feira de Santana, Helder Alencar, traz uma fotografia desta casa, informando que pertenceu ao casal e que estava servindo com escola, e homenageando o fundador da cidade. Como já foi

dito anteriormente, existem controvérsias sobre a morada deste casal na cidade de Feira de Santana. Segundo Carlos Mello e mais uma gama de autores, o casarão não pertenceu a Domingos e Ana, afirmando que nem na área do dito encapelado estava inserido o casarão. Não obstante disso, acreditamos que a casa de Domingos e Ana é realmente a casa dos fundos da Usina de Algodão, afirmando que a teoria do casarão dos Olhos d'Água, é uma farsa histórica na cidade de feira de Santana.

### **3.6.1 De Sant'Ana a Feira: o início da cidade**

Após a aquisição da fazenda Olhos D'água por Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandoa, o ditoso casal inicia a construção da rudimentar capela para devoção a Sant'Ana e São Domingos, santos da devoção particular de ambos. Patronos escolhidos por serem os nomes próprios do respeitável casal. Conforme Cerqueira,

A fazenda comprada pelo casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão foi denominada de '*Santana dos Olhos d'Água*', nela foi construída uma capela dedicada a São Domingos de Gusmão (1170-1221) e Senhora Sant'Anna. O local onde se edificou a capela era conhecido como '*Alto da Boa Vista*', às margens da estrada que dava acesso ao Recôncavo e ao Porto da Vila de Nossa Senhora do Porto da Cachoeira. (CERQUEIRA, 2007, p.80).

Em torno da rudimentar capela edificada para louvar Sant'Ana e São Domingos, iniciou-se uma espécie de feira, onde ocorriam as trocas de mercadoria por parte dos boiadeiros e tropeiros. Marcando assim o início do povoamento das terras de Sant'Ana. Quanto ao povoamento destas terras afirma Poppino,

Algum tempo depois da construção da capela, tornou-se ela um ponto de encontro para o povo do distrito, que aí se reunia para fazer orações, visitas e negócios. Dessa maneira, a pouco e pouco se ia desenvolvendo uma feira periódica em Santana dos Olhos D'Água. A feira, que teve início no primeiro quartel do século dezoito, deu o seu nome à atual Feira de Santana dos Olhos d'Água. Expandir-se-ia contudo o arraial vagarosamente e um século decorria antes que a sua fama se espalhasse além dos confins da paróquia de São José das Itaporocas. (POPPINO,1968).

A partir do início da troca de mercadorias em torno da capela, acelerou o crescimento urbano da então fazenda Olhos D'água. A este respeito descreve Alencar,

O crescimento urbano foi relativamente rápido, tanto assim que, dentro de pouco tempo, a fazenda “ Olhos-d’ Água converteu-se no arrail de Santana dos Olhos d’ Água. Não demorou muito e, em 18 de setembro de 1832, era o povoado desmembrado do município de Cachoeira e elevado à categoria de vila, com a denominação de Santana da Feira. Como sede de município, a que foi alçada, Feira desenvolveu-se bastante nos anos posteriores, o que muito concorreu para obter foros de Comercial Cidade de Feira de Santana. (ALENCAR, 1965, p. 9).

Com este advento é proporcionado o terceiro povoamento do território feirense, desta vez, através da devoção, que surge ao redor da capela erguida em terras doadas para a referida devoção a Sant’Ana e São Domingos de Gusmão.

## 4. CAPÍTULO: FEIRA DE SANTANA E O SENTIMENTO RELIGIOSO

### 4.1- Os primórdios da religiosidade feirense

*A bença, inhá, Fulana! Deus te leve para Feira de Santana!  
Eurico Alves Boaventura.*

As primeiras manifestações religiosas no território feirense foram realizadas pelos Payayas, o culto a natureza e ao deus Eraquizã, foram as primeiras demonstrações de crença nas plagas feirenses. Segundo Leite (1945, p. 270), [...] Os Paiaia eram muito submissos a seus pajés a quem chamavam visamus. Não tinham ídolos, nem divindades, se excetuarmos uma semelhança de idolatria, o que chamavam seu deus Eraquizã [...]. Esta afirmativa referente ao culto do deus Eraquizã, pelos Payayas levamos à compreensão da primeira manifestação religiosa em Feira de Santana.

O culto era realizado anualmente, tendo os pajés como dirigentes das celebrações. Eram erguidas cabanas de palhas, e os anciões se paramentavam cobertos de palhas, com grandes cocares. A este respeito, Leite afirma que:

[...] cujo dia festivo anual se celebrava assim: faziam uma pequena cabana não muito distante da aldeia e juntava-se nela os pajés mais velhos, vestiam um vestido tecido de folhas de palma de 15 pés de comprido, todo de pregas e franjas, as quais caíam um pouco acima do joelho. Da cabeça até os ombros tinha um diadema, que termina para o alto em ponta. Na mão direita uma flecha afiada. (LEITE, 1945, p. 270).

O dia da festividade religiosa era atípico para os Payayas, durante a cerimônia do deus Eraquizã, nenhum dos integrantes do grupo poderiam estar fora das casas, era uma forma de desrespeito para com o deus. Quando o deus Eraquizã saía para percorrer a aldeia e encontrasse com alguém, o matava com a flecha que compunha seus paramentos, todos ficavam resguardados em casa esperando o sinal do deus para a entrega das oferendas. De acordo com Leite,

[...] Logo saía o Eraquizã, de aspecto horrendo e disforme. Dava a volta em toda a aldeia, e se encontrava alguém matava-a com a seta aguda, que levava na mão direita, para o castigar da sua irreverência, em atrever-se a encontrar com o tão grande deus. Feito o

conhecimento da aldeia, parava diante das casas, tocava a flauta (tíbia) diante delas, sinal para que se desse início as oferendas de comer, e ia sentar-se no meio do terreiro, esperando-as. Saindo então cada um de casa, levavam-lhe com grande respeito as ablatas e presente. (LEITE, 1945, p. 270).

No território feirense em tempos pretéritos ocorreram estas festividades em torno do deus Eraquizã, através do povo Payaya. Com o advento da colonização os nativos perdem seus costumes e crenças onde foram submetidos a catequese através dos aldeamentos.

#### **4.1.1- A devoção a São José nos Campos de Itapororocas**

Após a chegada de João Peixoto Viegas e sua família ao território feirense, mais precisamente a São José da Itapororocas, este sesmeiro, atendendo à solicitação de sua esposa, edifica em sua propriedade uma capela em devoção a São José. Partindo deste pressuposto Moraes expõe que:

Joao Peixoto Viegas [sic] e dona Joana de Sá Peixoto tiveram um filho e este deu continuidade ao crescimento da família que deu origem a São José das Itapororocas. Seu filho, Francisco de Sá Peixoto único herdeiro de muitas léguas de terras, sua mãe, Dona Joana de Sá Peixoto pede ao marido para construir uma Igreja em louvor a São José. O sertanista na intenção de povoar as terras constrói uma casa forte de pedras e cal, uma Igreja, curais [sic] de madeira para negociar os animais das suas terras e pastos de aluguel para os animais que vinha de outro local para o descanso antes de seguir viagem até Cachoeira. (MORAIS, 2011, p. 13).

A capela edificada em louvor a São José foi reedificada anos após sua construção. Grandes conflitos na propriedade de João Peixoto Viegas por nativos e colonizadores culminavam na destruição dos bens, que entre eles era a capela. Os conflitos ocasionaram a saída de João Peixoto Viegas para Salvador e, em decorrência, solicita providencias à Província para a reconstrução da igreja no povoado que estava em formação. Neste contexto Moraes explana que:

Os conflitos na fazenda de João Peixoto Viegas se alastraram por muito tempo. A fazenda era saqueada por muitos homens armados, houve muitas mortes, os índios revoltados atearam fogo nas pastagens e na fazenda. Tendo sido desmanchado os curais, a sede

e a Igreja o proprietário muda para Salvador. Já com idade avançada pede providências a Província, e volta para o arraial que já se formava. Com os seus trabalhadores reforma a sua sede da fazenda, solicita da coroa o reparo da Igreja mandando reconstruí-la, mas é feita outra sede religiosa o crescimento do arraial faz tomar uma Igreja grande, João Peixoto Viegas solicita da Província a vinda de Padres e que envie os jesuítas para catequizar os índios. (MORAIS, 2011, p. 14).

Este culto pode ser classificado como a primeira devoção Católica feirense. Esta devoção foi perpetuada por gerações, chegando aos dias atuais.

Na sesmaria existiram algumas fazendas, que são anteriores ao surgimento da cidade de Feira de Santana, uma destas fazendas foi a fazenda Mochila, que pertenceu a João Peixoto Viegas, local que ocorreu grande confronto com os Payayas. Na área da referida fazenda Mochila, está localizada hoje um bairro residencial que recebe o mesmo nome. De acordo com Galvão,

A Mochila, ligada a outros acontecimentos, é hoje um loteamento urbano. Entre outras relevâncias do mesmo livro (fls. 93,94 e 95), pelos anos de 1707-1711, já existia uma capela com a invocação de Nossa Senhora dos Remédios, com a celebração de casamentos, com licença do Arcebispo. (GALVÃO, 1982, p. 27).

Esta narrativa, em que Galvão (1982) expõe sobre a Fazenda Mochila, suscita uma indagação sobre a construção da Capela dos Remédios, estando a capela localizada nas terras que pertenceram a Fazenda Mochila de propriedade dos Viegas. Os vestígios desta fazenda, como paredes e alicerce das casas, desapareceram ao decorrer dos anos, bem como muitos dos bens patrimoniais do município.

#### **4.1.2- A devoção a Nossa Senhora dos Remédios**

A devoção a Nossa Senhora dos Remédios, é a segunda devoção do município de Feira de Santana, a construção da capela é anterior ao povoamento por intermédio de Domingos e Ana Brandoa, com a devoção a São Domingos de Gusmão e Senhora Sant'Ana. Como relata Morais, *et al*,

A caracterização artístico-arquitetônica da Igreja dos Remédios, juntamente com o registro eclesiástico, permite afirmar-se que ela teve sua construção iniciada no século XVII, haja vista a realização do

Sacramento do matrimônio, nos anos de 1707-1711, na Capela, com invocação de Nossa Senhora dos Remédios, enquanto a cessão das cem braças de terra, feitas pelo casal Ana Brandão e Domingos Barbosa de Araújo para a edificação da Capela em louvor a Santana e a São Domingos de Gusmão, só seria lavrada em escritura, no dia 28 de setembro de 1732. (MORAIS, *et al*, 2000, p.23).

Esta devoção remonta aos anos de 1700. A capela ficava localizada na Fazenda Mochila, na então sesmária pertencente à João Peixoto Viegas, consta no livro de batismo da Paróquia de São José das Itapororocas, o batismo de Úrsula, filha de João Peixoto Viegas, e de celebrações de casamentos, acontecidos nesta capela. De acordo com Galvão,

[...] o livro mais antigo, o precioso volume de Batizados de 1685-1696, casamentos de 1685-1711 e óbitos de 1685-1724, constitui o documento primitivo da família feirense. Nele aparece o lendário Sítio da Mochila, em fls. 2,4, 8 e 9, com a presença do Cel. João Peixoto Viegas, o segundo desse nome batizando sua filha Úrsula (1689) e numerosos escravos concentrados na mesma fazenda, em São Simão, Campo Grande (RETIRO) e no povoado de São José [...]. (GALVÃO, 1982, p. 26).

A pequena capela está situada na antiga Rua Direita, hoje nomeada Monsenhor Tertuliano Carneiro, tem sua arquitetura em estilo colonial. A igreja tem nave única, e sua construção realizada a partir do arco do cruzeiro. O gradil de ferro, típico das construções a partir do século XVII, separando o altar onde ficava o padre, do restante dos fiéis. O altar mor é de marmorite, o primitivo foi substituído, em reforma executada por Pe. Amílcar Marques. Os altares laterais foram retirados, e, com eles, os santos das devoções dos feirenses. Restando na nave da igreja o púlpito, que apresenta um dossel com traços do barroco, em sua decoração tem o brasão do Vaticano. De acordo com Moraes, *et al*,

A Igreja dos Remédios tem uma única nave de proporções modesta, aí resistindo um toque de graça que extrapola o sentido das grandes dimensões. Partindo da porta principal, adentra-se no grande salão que teve sua construção realizada a partir do arco-cruzeiro, arrematado por traçado dórico e com gradil de ferro separando o retábulo da nave, de onde a forma de cruz a igreja. Esse gradil, típico das igrejas construídas a partir do século XVII, possuía a função de separar o corpo eclesiástico e/ou a elite das camadas populares da sociedade colonial, que ficavam no interior da Igreja. (MORAIS, *et al*, 2000, p. 75).

Possui torre única lateral, tendo sua cúpula revestida de louças que, segundo a tradição, são provenientes de Macau. A decoração da cúpula é composta por peças inteiras de louça, como também por fragmentos, tendo sua decoração policromática. Neste sentido, Moraes, *et al*, relata que:

O riquíssimo revestimento da torre é de porcelana de Macau, com vários tipos de preenchimento do mosaico, cujos desenhos apresentam basicamente um traçado geométrico e de arabescos. [...] predominam as cores branco, azul e alguns detalhes em vermelho. Ladeando a cúpula quatro coruchéus com base quadrada encimada por almofada, ao que se sobrepõe uma pirâmide longa, também revestidas do mesmo material da cúpula. (MORAIS, et al, 2000, p. 23).

Nos séculos passados a Capela dos Remédios, além de servir como templo religioso, sendo sua verdadeira funcionalidade, serviu de Câmara Municipal e Tribunal do Júri, e, comprovando sua importância na cidade, recebeu a visita do Imperador. Tudo isso, registra a importância desta Capela nas Sociedade Feirense. Como afirma Moraes, *et al*,

A Capela dos Remédios foi palco, no século XIX, de realizações de Tribunais dos Júris, reuniões da Câmara Municipal, eleições, festas, celebrações litúrgicas, dentre outros acontecimentos. Merece nota que o primeiro Júri, após três anos de emancipação política de Feira de Santana, foi realizado na Capela dos Remédios, sendo condenada a ré Joana Maria dos Prazeres. Também é registrada a visita do Imperador D. PEDRO II, em 1859, no seu diário sobre a viagem às Províncias Norte e Nordeste do Brasil. (MORAIS, et al, 2000, p. 23).

A Capela dos Remédios é um patrimônio material para o povo feirense, onde podemos considerá-la como marco histórico da cidade. Esta edificação registrou através dos séculos todas as fases do surgimento da cidade de Feira de Santana. Atrelado à devoção dos Remédios em solo feirense, o culto Sant'Ana surge da devoção do casal Domingos e Ana.

#### **4.2- Devoção a Sant'Ana: da fazenda ao Arraial**

A devoção a avó de Jesus Cristo inicia-se na então Fazenda Olhos D'água, pertencente a então Vila de São José das Itapororoca, dos campos da cachoeira. A Fazenda Olhos D'água, que foi adquirida por Domingos Barbosa de Araújo e esposa,

foi o primeiro local devocional aos Santos, em seus oratórios particulares onde eram rezados novenas, ofícios e ladainhas, suplicando as bondades do céu. Tamanha era a fé do casal que doaram 100 braças de terra no sítio alto da Boa Vista, para a construção da capela em devoção a São Domingos e a Santa Ana. A este respeito Cerqueira, aponta que:

Embora localizada no semi-árido, a fazenda era rica em '*Olhos d'Água*', córregos e riachos e rodeada de pastagens naturais, por isso se tornou um grande atrativo e local predileto para pousos de tropas e viajantes que vinham do Piauí e de Goiás em direção a Cachoeira. As praças Padre Ovídio Alves de São Boaventura e Monsenhor Renato de Andrade Galvão e a igreja da Catedral Metropolitana de Senhora Santana, provavelmente, erguida sobre a construção da antiga Capela dedicada a São Domingos e Senhora Sant'Ana. (CERQUEIRA, 2007, p. 81).

A partir da construção da capela, inicia-se o terceiro povoamento do território feirense, sendo que agora em decorrência da devoção a Sant'Ana. Na capela as pessoas se congregavam para rezar, suplicando a intercessão de Sant'Ana e São Domingos e, ao redor da primitiva capela, as primeiras trocas foram efetuadas, surgindo a feira, que gradativamente cresceu, levando o conhecimento do Arraial para além dos Campos das Itaporocas. Foi famigerada troca e venda de mercadorias que nomeou a cidade de Feira de Santana. De acordo com Poppino,

Algum tempo depois da construção da capela, tornou-se ela um ponto de encontro para o povo do distrito, que aí se reunia para fazer orações, visitas e negócios. Dessa maneira, a pouco e pouco se ia desenvolvendo uma feira periódica em Santana dos Olhos D'Água. A feira, que teve início no primeiro quartel do século dezoito, deu o seu nome à atual Feira de Santana dos Olhos d'Água. Expandir-se-ia, contudo, o arraial vagarosamente e um século decorria antes que a sua fama se espalhasse além dos confins da paróquia de São José das Itaporocas. (POPPINO, 1968, p. 20).

As trocas e vendas de mercadorias por tropeiros, mascates e vaqueiros, que transitavam por aquela localidade em direção à Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, faz surgir a feira livre e, em decorrência disso, as primeiras casas que serviam de rancharia para os transeuntes. De acordo com Almeida,

O casal proprietário da fazenda, Santana dos Olhos D'Água, adquiriu suas terras, nos idos de 1710 e doou, com escritura passada, em 1732 'cem (100) braças em quadra' para Santana e São Domingos, onde foi

edificada a capelinha no Alto da Boa Vista em redor da qual, um vilarejo com casas e casebres. Deste pequeno aglomerado de gente, dadas as necessidades de cada um, foi despontando, paulatinamente, um pequeno comércio, onde eram negociados gêneros alimentícios de toda espécie e até pequenos e grandes animais. (ALMEIDA, 2004, p 39).

O local escolhido para a capela era propício aos tropeiros e vaqueiros, pois tinham nas proximidades as aguadas para os animais. A pequena capela passa por ampliações e reformas. Algumas reformulações estruturais, como as executadas pelos padres Ovídeo de São Boaventura (que construiu as naves laterais) e Tertuliano Carneiro (que ergue as torres, no ano de 1913). As reformas demonstram a necessidade da expansão do espaço físico que comportasse os fiéis. A igreja de Sant'Ana era e é o símbolo da religiosidade feirense. Local onde diversas pessoas marcaram suas vidas em decorrência das celebrações, em épocas que a velha matriz era a referência na cidade. Como descreve Poppino,

A Religião sempre foi uma força poderosa em Feira de Santana, desde os tempos coloniais. Quase todo o povo do município constitui-se de católicos, para os quais os símbolos da fé representavam uma parte da vida diária. Em todas as ocasiões importantes, do nascimento até a morte, uma cerimônia religiosa acompanhava, invariavelmente, a vida de cada qual, enquanto os dias santos especiais e os festivais religiosos se celebravam com toda a pompa e ostentação da Igreja Católica. (POPPINO, 1968, p. 309).

Outras reformas e ampliações foram executadas no decorrer dos anos, no interior da igreja. Como a construção da sacristia e do coro, a construção do altar lateral do Sagrado Coração de Jesus. Ao redor desta rudimentar capela, casas foram construídas e o comércio instaurado, surgindo o povoado, sendo transformado em vila, recebendo o título de cidade. Segundo Oliveira,

A ligação dos feirenses com sua Padroeira era tão forte que ela determinou o próprio nome da cidade que, após ter se emancipado de Cachoeira, em 1832, deixou de ser um pequeno Arraial e ganhou titularidade de Vila, famosa pela sua tradição comercial e feira de gado. Em um combinado da expressão de fé e tradição, a emancipada Vila se tornara Feira de Santana, tendo como uma de suas principais marcas as homenagens anuais prestadas a Sant'Ana. (OLIVEIRA, 2014, p.12).

A devoção a Sant'Ana surge através de Domingos e Ana, quando trazem à propriedade as imagens dos santos padroeiros. Esta devoção extrapola as cercas da fazenda, fazendo com que os tropeiros, viajantes e moradores do entorno pudessem celebra a Avó de Jesus.

#### **4.2.1- Histórico do culto a Sant'Ana.**

O culto a avó de Jesus é celebrado no mundo inteiro, Sant'Ana foi mãe de Maria e esposa de São Joaquim. Liturgicamente, o culto foi instituído pelo Papa Gregório XIII. Segundo Ribeiro,

O Culto de Sant' Ana tem um caráter universal. A Missa e a festa litúrgica remontam ao ano de 1584, quando, o dia 1º de maio, Gregório XIII, por inspiração do Espírito Santo, ordenou que em toda Igreja se celebrasse com solenidade de rito duplo a festa de Santa Mãe de Maria. (RIBEIRO, 2015, p. 74).

A devoção à Sant'Ana está registrada na anterior festa litúrgica confirmada pela igreja Católica no século XVI, antiquíssimas igrejas foram construídas em devoção à esta gloriosa Santa. Tendo destaque o templo construído pelo Imperador Justiniano I, em todo o mundo Sant'Ana, é invocada, por viajantes e professores. Outrossim Ribeiro,

Nota-se, contudo, que embora sua festa litúrgica seja relativamente nova, pois data do século XVI, o culto a gloriosa Sant' Ana é dos mais antigos de toda cristandade. [...] Cristãos de mais remotas eras construíram na Terra Santa, berço do cristianismo, algumas igrejas e capelas dedicadas a Sant' Ana. Uma delas foi tomada pelos turcos e transformada em mesquita. Mais tarde, os franceses a retomaram e restabeleceram o culto. [...] No ano 550, o Imperador Justiniano I fez construir em Constantinopla um templo magnifico, uma verdadeira maravilha de arte, e o dedicou à Avó de Jesus e Mãe de Maria. [...] No ano de 705, o Imperador Justiniano II construiu novo templo a Sant' Ana. É nas Ilhas mais remotas do Ocidente e nas regiões longínquas do Oriente, nos séculos passados, ergueram-se majestosas igrejas de Sant' Ana. (RIBEIRO, 2015, p. 75).

No território brasileiro Sant'Ana é invocada desde os tempos da colonização, diversas cidades receberam o nome de Sant'Ana, diversas Capelas, Paróquias e Arquidioceses, dentre elas Santana do Ipanema em Alagoas, e a cidade que aqui se retrata, Feira de Santana. Segundo Ribeiro,

No Brasil são muitas também as cidades que homenageiam a Mãe de Maria, como Santana do Ipanema em Alagoas, Santana de Parnaíba em São Paulo, Santana no Amapá, Santana do Livramento no Rio Grande do Sul, Feira de Santana e Santana na Bahia, e ainda Santana do Paraíso e Santana do Jacaré em Minas Gerais. [...] Há também paróquias com o nome de Sant' Ana, como Santana, em São Paulo, SP, Santana, em Guarapuava, PR, Sant' Ana do Rio Vermelho, em Salvador, BA, Santíssimo Sacramento e Sant' Ana, no bairro de Nazaré, Salvador, BA, Santana do Parnaíba, em São José dos Campos, SP, Santana, em Anápolis, Goiás e Sant' Ana, em Lagoa Nova, PB. (RIBEIRO, 2015, p. 84).

Desde os primórdios do Brasil, foi invocada a intercessão da gloriosa Sant'Ana, por tropeiros, pecuaristas e Professores. Mas esta devoção a avó de Jesus é antiquíssima, no Ocidente várias igrejas foram edificadas em seu louvor, demonstrando a tenacidade do povo para com Ela.

#### **4.2.2 - As festas em louvor a Sant'Ana**

Nos tempos passados a Festa de Sant'Ana era celebrada em treze dias. Eram dias de louvores à Senhora Santana por seus devotos que, como nos dias atuais, depositam com muita fé e certeza a realização dos seus anseios. Outrossim Oliveira afirma que:

As homenagens a Sant'Ana eram apropriadas pelos sujeitos, para revelar seus sentimentos e representar, mesmo por um curto tempo, a sua fé na padroeira da cidade. Participar da Festa podia ter um sentido muito mais amplo de compartilhamento, cumplicidade, curtição e até mesmo de homenagem, sendo possível também unir todos esses sentidos. (OLIVEIRA, 2014, p. 15).

No culto de todos os dias os rituais celebravam Sant'Ana com cânticos de louvor e, com eles, a espera de um mundo melhor, onde não houvesse peste, fome, dor e sofrimento. É a espera de que um dia haja a união, igualdade e a liberdade para a humanidade. Segundo Ferreira,

A festa de Senhora Sant'Ana, além de uma manifestação de fé é um fato histórico, na época constituía-se no mais importante evento de massa da cidade. Também era a que propiciava maior movimento financeiro ao comércio, principalmente aos setores de roupas e calçados. Para participar dos festejos, toda população, inclusive a da zona rural, do mais rico ao mais humilde, usava roupa e sapatos

novos; por isso acontecia, no dia festivo, ver crianças e adultos 'mancando' com o incomodo sapato que calçava pela primeira vez. Durante a festa, a 'Terra de Sant'Ana' vivia clima de euforia, e para motivar ainda mais, sempre às 12 e às 18 horas, durante os 13 dias de louvores à padroeira, o Zabumba de Bonfim de Feira (uma mine-banda filarmônica) desfilava pelas ruas do centro, anunciando os festejos á noite, na Praça da Matriz. (FERREIRA, 2010, p.53).

Na praça era a mistura da alegria da festa com o culto religioso. Toda comunidade empenhava-se em demonstrar os valores culturais e característicos da tradição feirense. Ao romper do dia, ainda de madrugada despertava o Feirense ao som de muita música e alegria, era o Bando Anunciador, que chegando do Bairro Olhos D'Água. Os Mascarados cantavam nas ruas a chegada da festa, a Lavagem da igreja, a Lavagem da lenha, o Zabumba, o Bumba-meu-Boi, Rodas de Cirandas, as Filarmônicas nos coretos, Parques de Diversões, Barracas de Comidas e Bebidas, muito samba, muita música, muitas cores, luzes e alegrias, assim era comemorado os festejos alusivos à Padroeira de Feira. Segundo Oliveira,

As homenagens à Sant'Ana apresentavam em sua estruturação uma composição ritualística composta por diversos símbolos passíveis de serem lidos e compreendidos. Uma vez que as celebrações para a Advogada Celestial da cidade eram constituídas de diversos momentos festivos, como o Pregão, o Bando Anunciador, a Lavagem do Templo, a Lavagem da Lenha, as novenas e trezenas, as missas e, por fim, a procissão recepcionada com queima de fogos, quermesse e apresentações das filarmônicas e retretas que faziam suas performances antes das missas e novenas. (OLIVEIRA, 2014, p. 13).

A festa da Padroeira era o momento de inteiração dos moradores, os encontros, as paqueras e os namoros. Eram dias de festividades religiosas e profanas, as novenas, lavagens, pregões, bando anunciador, procissão, tudo isso, fazia a festa acontecer com o sentimento de alegria e devoção a Padroeira.

#### **4.3 - Da feira de Sant'Ana à Feira de Santana**

No trajeto de condução do gado, destacou-se um vilarejo que servia de pousada aos viajantes e ponto de troca de mercadorias, em torno da Fazenda Olhos d'Água, de propriedade do casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandoa, conhecido pelo nome de Sant'Ana da Feira.

No século XIX, Von Martius e Von Spix visitaram o lugarejo, dando notícias do arraial. Este era ponta da grande estrada do gado que transpunha o rio São Francisco e atingia o então hoje estado do Piauí, penetrando nas sesmarias da Casa da Torre, de Garcia D'Ávila, o grande criador de gado da Bahia.

Em 1832 é criado o município de Feira de Santana e elevado à categoria de Vila, em 1847 é criada a freguesia, em 1870 os trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil atingem a Vila. Com o desenvolvimento da grande feira que se realizava semanalmente, desde muito tempo, e que viria ser a maior do Brasil, a Vila recebe os foros de Cidade, com denominação de "Comercial Cidade de Feira de Santana". A partir daí passa a ter seu concelho municipal, regendo soberanamente os seus destinos.

Em meados do século XIX, recebe a visita de Sua Majestade Pedro II, Imperador do Brasil. Aparecem nesta época as primeiras instituições de caridade e assistência, a Santa Casa de Misericórdia, o Asilo Nossa Senhora de Lurdes e a Sociedade Montepio dos Artistas Feirenses.

Avulta a todas as batalhas filantrópicas de Feira de Santana nos séculos passados, o padre Ovídeo de São Boaventura, cuja memória é venerada pelos feirenses através dos tempos.

Com o advento da República, o ultimo governante imperial, Dr. Remédios Monteiro, presidente do conselho municipal, entrega os destinos da Feira de Santana ao primeiro Intendente Republicano o Cel. Joaquim Sampaio, este foi sucedido por vários ilustres homens, até o ultimo prefeito da republica velha.

A cidade cresce aos poucos, com as segundas-feiras sempre intensas e os demais dias calmos e sonolentos. A sua economia gira em torno do gado e do fumo. Não parou, contudo, o progresso da Feira de Santana. Surge a Escola Normal, a primeira rede de energia elétrica, os grupos escolares, o Teatro Sant'Ana, e o prédio do Paço Municipal.

A lei provincial de número 1320, de 16 de junho de 1873 concedeu foros de cidade, denominando-a “Cidade Comercial de Feira de Santana” devido a potência do seu comércio de trocas. Mais tarde os decretos Estaduais de 23 de junho e 8 de agosto de 1931, simplificaram a denominação tornando apenas “Feira”. Esta denominação foi posteriormente modificada para “ Feira de Santana “, a partir do decreto Estadual de 30 de novembro de 1938. Neste contexto Alencar discorre que:

O crescimento urbano foi relativamente rápido, tanto assim que, dentro de pouco tempo, a fazenda “Olhos-d’ Água converteu-se no arrail [...] de Santana dos Olhos d’ Água. Não demorou muito e, em 18 de setembro de 1832, era o povoado desmembrado do município de Cachoeira e elevado à categoria de vila, com a denominação de Santana da Feira. Como sede de município, a que foi alçada, Feira desenvolveu-se bastante nos anos posteriores, o que muito concorreu para obter foros de Comercial Cidade de Feira de Santana. (ALENCAR, 1965, p.10).

A cidade de Feira de Santana surge da devoção a Sant’Ana e São Domingos de Gusmão, que é implantada por Domingos e Ana, quando doam parte de sua propriedade para a edificação da capela, ao redor desta capela iniciam as trocas e vendas de mercadorias, por tropeiros e moradores do entorno, fazendo com que gradativamente a feira, se desenvolvesse. Desta feira, surge o terceiro povoamento do território feirense. As primeiras casas ao entorno da capela, são edificadas fazendo surgir o vilarejo, que ao longo dos anos tornou-se a cidade de Feira de Santana.

## **Considerações Finais**

O estudo que foi desenvolvido sobre os três distintos povoamentos do território de Feira de Santana, teve como preocupação compreender como se deu estes acontecimentos, versou sobre os processos de ocupação do território feirense que outrora foi habitado pelos Payayas desde os tempos remotos. Este povo nativo foi extinto do solo feirense, não apenas o Payaya físico, como também o Payaya histórico, passou por processo de desaparecimento da história de construção da cidade, sendo apenas citados superficialmente nas introduções das belas histórias sobre Feira de Santana.

Para entendermos como ocorreu a ocupação dos Payayas no território feirense, versamos sobre a trajetória de ocupação humana no Brasil, a partir das teorias referentes à chegada do Homem ao Continente Americano apresentado por Niède Guidon, com seus estudos e pesquisas na Serra da Capivara, bem como sobre o Povo de Luzia, em Lagoa Santa, Minas Gerais, considerada um ícone da pré-história brasileira. Tendo como base a Arqueologia como uma ciência que estuda a trajetória humana em seus diferentes aspectos através da cultura material remanescente, buscando através dos vestígios reconstruir parte da história dos povos que nos precederam. Neste intento, o território do estado da Bahia foi amplamente povoado em tempos pretéritos nos mais distintos locais, dentre os quais podemos citar: o Recôncavo Baiano, Chapada Diamantina, Vale do São Francisco, Vale do Paramirim, Serra do Espinhaço, Oeste Baiano, entre outros, onde pode ser indicada a pluralidade cultural, associada aos vestígios dos diferentes grupos nativos.

Os aspectos geomorfológicos foram fatores determinantes aos grupos para a escolha de fixação de moradias. Buscando áreas de fácil acesso a captação de recursos como água, alimentação e matéria-prima. Estes diferentes locais do estado, que tem divergências de geomorfologia entre si, proporcionaram a habitação dos nativos.

No Município em estudo, a ocupação não foi diferente, o método de vida dos habitantes pré-coloniais seguiam os padrões de escolha de habitação pelo homem primitivo, escolhendo sempre fixar-se em locais que seriam propícios a sua vivência, estando sempre em proximidade aos corpos hídricos, que eram fontes de alimento. A

região de Feira de Santana era propícia à esta habitação, pois estava cercada por uma grande rede hidrográfica e por serras. Os Payayas foram os primitivos habitantes das plagas feirense, chegando ao território do município a partir da dispersão através da incisão no território do estado, que ocorreu em paralelo aos grandes rios baianos. A grande incidência ocorre na região da cidade de Jacobina, Wagner, Santo Estevão, Iará e Feira de Santana. Como comprovação da hipótese da trajetória de ocupação dos Payayas no território feirense, foi revelada através das pesquisas realizadas nas obras de Carlos Ott (1993) no qual descreve a presença de vestígios arqueológicos encontrados em várias regiões do estado. Em Feira de Santana, os Payayas, deixaram vestígios de sua presença. Uma ponta de lança e uma mão de pilão foram identificados como pertencentes a este grupo.

O segundo povoamento retratado neste estudo foi o colonial, que se desenvolveu a partir da chegada do europeu ao território brasileiro. Diversas áreas que outrora estavam habitadas por nativos, onde desenvolviam seus costumes e rituais, foram paulatinamente invadidas por colonos, que usurparam as terras dos nativos, se dizendo donos, levando ao êxodo dos diversos povos que ali habitavam. O contato dos nativos com o homem branco foi de extrema importância para o colonizador, que conseguia por meio de trocas adquirir o que queriam. O contato trouxe para estas terras várias situações desagradáveis de opressão que anteriormente não existiam.

É nesse cenário que apresentamos o contexto das Capitânicas Hereditárias no território brasileiro, que foi dividido em quinze porções de terras, que ficaram conhecidas como Capitânicas Hereditárias. Após as capitânicas, foi implantado o sistema de sesmarias no Brasil. O povoamento do território feirense é desencadeado a partir das sesmarias adquiridas por João Peixoto Viegas, este que consideramos como um dos grandes sesmeiros da Bahia. Além das sesmarias de João Peixoto Viegas, destacamos as grandes sesmarias do território baiano, que pertenceram aos Garcia d'Ávila e aos Guedes de Brito. Estas sesmarias abrangeram todo o território baiano, estendendo-se a outros estados. A Casa da Torre, dos Garcia D'Ávila, foi a mais bem-sucedida sesmaria do Brasil colônia, durante o período colonial, seus limites abrangiam quase todos os estados do nordeste brasileiro, durando quase 300 anos, passando por diversas gerações da família. O território da sesmaria dos Guedes de Brito, enquanto grandioso latifúndio de 160 léguas formava o segundo maior morgado da Bahia, que

ocupava a margem direita do rio São Francisco, compreendendo os rios Jacuípe, Itapicuru e Paraguaçu.

O verdadeiro intuito da doação das sesmarias aos Garcia d'Ávila e Guedes de Brito foi de eliminar os problemas de colonização do vasto território, com as sesmarias, as terras teriam a administração do sesmeiro, sendo mais viável para a coroa.

A ocupação colonial no território Feirense se deu a partir das incursões dos colonos ao interior, saindo das ricas terras do Recôncavo, aonde cultivavam cana-de-açúcar, para as áridas terras do sertão, onde a dita produção seria inviável, mas propícia para a criação de gado. João Peixoto Viegas adquire a sesmaria dos Tocos, que outrora pertenceram aos Guedes de Brito, e implanta nesta sesmaria, mais precisamente nos campos de Itapororoca, diversos currais para a criação de gado. Com este advento é instaurado o segundo povoamento do território feirense. O verdadeiro sentido do povoamento da região de Feira de Santana por João Peixoto Viegas foi a criação de gado, plantação de fumo e engenhos de açúcar. Este forma nestas terras uma verdadeira oligarquia com seus familiares.

A sesmaria de João Peixoto Viegas estava sob a jurisdição da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, que neste período já se destacava como uma das mais importantes Vilas do Brasil Colônia. O território feirense pertenceu ao município de Cachoeira até o ano de 1832, quando foi desmembrado, criando o município de Feira de Santana.

Após anos áureos de domínio do território pelo morgado dos Viegas, esta propriedade entra em declínio após a morte da viúva de João Peixoto, deste declínio, surgem as primeiras fazendas, no território que hoje compreende a cidade de Feira de Santana. Destas fazendas, destacamos a Fazenda Olhos D'Água, que foi adquirida pelo casal, Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandoa. Este singular e ditoso casal teve sua relevante colaboração para que ocasionasse o povoamento deste território. Todavia, não consideramos o casal como responsável pelo terceiro povoamento feirense. O território desta fazenda, compreende hoje vários bairros da cidade de Feira de Santana. Sobre esta fazenda existem algumas hipóteses referente a casa de moradia deste casal, proprietários da fazenda. Acreditamos que o Casarão denominado dos

Olhos D'Água, não pertenceu ao referido casal, e por este motivo não estava no terreno da referida fazenda a eles pertencentes. Afirmamos aqui, que a tradição de que o Casarão dos Olhos D'Água como de propriedade de Domingos e Ana Brandoa, é uma farsa histórica na cidade de Feira de Santana. Esta afirmativa é apresentada através das pesquisas que desenvolvemos para elucidar a hipótese do marco de formação da cidade.

Discorremos no terceiro povoamento da cidade, sobre o sentimento religioso que permeou o território feirense desde os Payayas até a implantação da devoção a Sant'Ana e São Domingos. As primeiras manifestações religiosas no território feirense foram realizadas pelos Payayas, o culto a natureza e ao deus Eraquizã, foram as primeiras demonstrações de crença nas plagas feirenses. No território feirense, em tempos pretéritos, ocorreram estas festividades em torno do deus Eraquizã, através do povo Payaya. Com o advento da colonização os nativos perdem seus costumes e crenças onde foram submetidos à catequese através dos aldeamentos. A segunda devoção no território feirense foi a São José, por intermédio do Viegas, quando edifica em sua propriedade uma igreja em devoção a santo. Ainda nas terras de João Peixoto, no local que viria ser o território da cidade de feira de Santana, é construída uma capela sob o padroado de Nossa Senhora dos Remédios marcando a terceira devoção feirense. A pequena capela está situada na antiga Rua Direita, hoje nomeada Monsenhor Tertuliano Carneiro, tem sua arquitetura em estilo colonial. A Capela dos Remédios é um patrimônio material para o povo feirense, onde podemos considerá-la como marco histórico da cidade. Esta edificação registrou através dos séculos todas as fases do surgimento da cidade de Feira de Santana.

A cidade teve sua origem da fazenda Sant'Ana dos Olhos D'Água, que compreende hoje o Bairro Olhos D'Água. A rua principal desse bairro, há séculos atrás, era apenas um pedaço da Estrada das Boiadas. Essa estrada passava pela Fazenda Sant'Ana dos Olhos D'Água, por ela viajava o gado. A casa de morada deste casal ficava ao lado da estrada, nas proximidades da antiga Usina de Algodão, onde cremos que realmente habitou Domingos e Ana. Foi construída pelo casal nas proximidades da casa, no Sítio Boa Vista, uma capela onde veneravam as imagens de Santa Ana e São Domingos de Gusmão.

Sendo fácil encontrar água naquele lugar, os boiadeiros e tropeiros faziam pouso enquanto os animais também descansavam. Nesse encontro entre viajantes havia compra e venda de mercadorias. Os compradores de gado vinham de Salvador, Cachoeira e Santo Amaro. Esperavam a chegada das boiadas na fazenda, nas proximidades da Capela. Foi assim que começou a feira. As pessoas passaram a construir casas nas proximidades da Capela, seguindo o trajeto da estrada, então formou-se um povoado. Em torno da rudimentar capela edificada para louvar Sant'Ana e São Domingos, iniciou-se uma espécie de feira, onde ocorriam as trocas de mercadoria por parte dos boiadeiros e tropeiros. À medida que a feira aumentava a população também crescia. Sob a invocação de Sant'Ana, constituiu-se uma capela e foi formado o povoado. Dando início o terceiro povoamento da cidade, sendo este através de Sant'Ana e São Domingos.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. **Descobrimento do Brasil e Povoamento**, leitura básica. Antônio Paim (organizador), centro de documentação do pensamento brasileiro. s.a.
- ALENCAR, Helder. **Guia turístico de Feira de Santana**. 1965.
- ALMEIDA, Oscar Damião de. **Colonização da Feira e região**. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana, ano 1, n.1, p. 33-42, 2004, p. 39.
- A época Colonial**, v. 2: administração, economia, sociedade/ por Aziz N. Ab'Saber...[et al.] introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda 2ª.ed.- São Paulo, 1968. (História Geral da Civilização Brasileira; t.I;v.2).
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **“Plínio Salgado; a anta e o curupira”**. Revista do Brasil, Rio de Janeiro, ano 1, v.9, 15/01/1927. In: Rodrigo e seus tempos: coletânea de textos sobre artes e letras. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, SPHAN, Fundação Nacional Pró- Memória, 1986, p. 123.
- BANDEIRA, Moniz, 1935 - **O Feudo**: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil/ Luiz Alberto Moniz Bandeira. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BASTOS, Filinto Justiniano Ferreira-**Recordações e Votos** (conferência)- Bahia, 1917.
- BELTRÃO, Maria da Conceição de. M. C.,1934. **Peabirus**: os caminhos dos índios e sua importância para identidade nacional. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: ECONAME, 2011.
- BICHO, Nuno Ferreira. **Manual de arqueologia pré-histórica** – reimp. 2ª edição. Ed: edições 70 Lda, 2011.
- BRESCIANI SJ, Pe. Carlos, **A primeira evangelização das aldeias ao redor de Salvador**, Bahia. Fundação Gregório de Mattos, 2000.
- BRITTO, Antonio Batista de. 1939 – **Aspectos históricos do desenvolvimento industrial de Feira de Santana**. Salvador, mensageiro da fé, 1977.
- BRITO, Carlos Alberto, OLIVEIRA, Arcenio José. **Memórias**: periódicos feirenses 1877/1888- Feira de Santana: Fundação Senhor dos Passos: núcleo de preservação da memória feirense, 2007. 104 p.
- BUENO, Eduardo, 1958. **Brasil uma história**: cinco séculos de um país em construção. – São Paulo:Leya, 2010.

CARVALHO, Fernando Lins de. **A pré-história sergipana**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2003.

CERQUEIRA, João Batista de. **Assistência e caridade**: a história da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana/João Batista de Cerqueira - Feira de Santana: UEFS, 2007.

CHUVA, Márcia. **Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado**. TOPOI, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, pp. 313-333. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CHUVA2c%20Marcia%20R\\_%20Fundando%20a%20Nacao.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CHUVA2c%20Marcia%20R_%20Fundando%20a%20Nacao.pdf)>. Acesso em: 23 de maio de 2018, às 17h55min.

DINIZ, Mônica. **SESMARIAS E POSSE DE TERRAS: POLÍTICA FUNDIÁRIA PARA ASSEGURAR A COLONIZAÇÃO BRASILEIRA**. In: Revista Histórica. Revista online do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Ano 01, junho de 2015, ISSN 18086284. Nº 2. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/historica02.pdf>>. Acesso em: maio de 2018, às 23h57min.

ETCHEVARNE, Carlos **A OCUPAÇÃO HUMANA DO NORDESTE BRASILEIRO ANTES DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA**, CARLOS ETCHEVARNE Museu de Arqueologia e Etnologia Universidade Federal da Bahia E-mail: REVISTA USP, São Paulo, n.44, p. 112-141, dezembro/fevereiro 1999-2000.

ETCHEVARNE, C., PIMENTEL, R. **Patrimônio Arqueológico da Bahia**. / Carlos Etchevarne, Rita Pimentel (organizadores). – Salvador: SEI, 2011. 132 p. il. (Série estudos e pesquisas, 88).

ETCHEVARNE, C., and FERNANDES, L. **Apontamentos para uma Arqueologia do Recôncavo Baiano**. In: CAROSO, C., TAVARES, F., and PEREIRA, C., orgs. *Baía de todos os santos: aspectos humanos* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 28-48. laSBN 978-85-232-1162-2. Available from SciELO Books.

FAUSTO, Boris, 1930. **História concisa do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERREIRA, Oydema Torres. **Retalhos da minha cidade**/ Oydema Torres Ferreira.- Feira de Santana-Bahia: Fundação Senhor dos Passos: núcleo de preservação da memória feirense, 2010. 196p.:il

FIGUEIREDO, Filho, Godofredo Rabello de. **Dimensão histórica da visita do imperador a Feira de Santana**/ Godofredo Rabello de Figueiredo Filho.- Feira de Santana: núcleo de preservação da memória feirense- Fundação Senhor dos Passos, 2004.47p.

FREIRE, Felisbello. **História territorial do Brasil**. Edição fac-similar-Salvaador: Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998.

FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar nem tanto a terra: Agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana**: UEFS editora, 2011.

GALVÃO, Renato de Andrade. **Os povoadores da região de Feira de Santana**. Stientibus nº 1. 1982.

GAMA, Raimundo. **Feira de Santana e Ruy Barbosa: o pouso da Águia na “terra formosa e bendita”**/ Raimundo Gama (org.).- Feira de Santana: s.ed., 2002. 188p: il.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed.Sao Paulo: Atlas,2008.

JESUS, Jeovane Santos de. **Agentes religiosos católicos (1962-1985) na diocese de Feira de Santana-Ba** / Jeovane Santos de Jesus. - 2016. 160 f. : il. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2016. Disponível em: <[https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2016.\\_jesus\\_jeovane\\_santos\\_de.\\_agentes\\_religiosos\\_e\\_catolicos\\_na\\_diocese\\_de\\_feira\\_de\\_santana.\\_1962-1985.pdf](https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2016._jesus_jeovane_santos_de._agentes_religiosos_e_catolicos_na_diocese_de_feira_de_santana._1962-1985.pdf)>. Acesso em:16 maio de 2018, as 22h30min.

LAJEDINHO, Antonio do L192f. **A Feira na década de 30** (memórias)/ Antonio do Lajedinho.-Feira de Santana: {s.n.}, 2004. 175p.:il.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo V – da Bahia do Nordeste. Estabelecimentos e assuntos locais. Séculos XVII-VIII. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portucália, 1945.

MACIEL, Neila D. G.. **Raimundo de Oliveira: um místico entre os modernos**. In: Cultura Visual, n. 13, maio/2010, Salvador: EDUFBA, p. 55-69.

MARCONI Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do nordeste do Brasil** / Gabriela Martin. – Recife: Ed. Universitária da UFPE,1996.

MELLO, Carlos. **CASARÃO DOS OLHOS D’ÁGUA UMA FARSA HISTÓRICA**. In: Jornal Folha do Norte. Edição especial: Feira de Santana, 2017. Disponível em: <<http://folhadonortejornal.com.br/portal/wp-content/uploads/2015/12/ESPECIAL-CAD-I-e-II.pdf>>. Acesso em: 20 de novembro de 2017 às 15h35min.

MELLO, Carlos Alberto Almeida. **Memórias periódicos feirenses: Santanópolis (1954-1955): O Coruja (1955-1957)** Feira de Santana: Fundação Senhor dos Passos; núcleo de preservação da memória feirense, 2010. 320p.

MONTEIRO, Joaquim dos Remédios. **Fundo Municipal de Emancipação**/ Joaquim dos Remédios Monteiro. Feira de Santana: Fundação Senhor dos Passos, Núcleo de Preservação da Memória Feirense, 2011. 21p.:il.

MORAIS, Elias Enock Gomes de. **São José dos Campos de Itapororoca** – Aqui começou Feira. Feira de Santana: gráfica clinica dos livros, 2011.

MORAIS, Cledson José Ponce, et al. **A Igreja de Nossa Senhora dos Remédios em Feira de Santana**: Fundação Senhor dos Passos, 2000.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Da Sesmaria ao Minifúndio (um estudo de história regional e local)**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Poder local oligárquico: alto Sertão da Bahia**. In. Revista Sitientibus. Feira de Santana, n.15, p. 321-340, nov/dez.). Feira de Santana: Editora da Universidade Estadual de Feira de Santana, 1996.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Sucessão Dominial e Escravidão na Pecuária do Rio das Rãs**. In. Revista Sitientibus. Feira de Santana, n.21, p. 117 – 142, jul./dez.). Feira de Santana: Editora da Universidade Estadual de Feira de Santana, 1999.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. **“Adeptos da mandinga”:** candomblés, curandeiros e repressão policial na Princesa de Sertão (Feira de Santana-BA, 1938-1970) / por Josivaldo Pires de Oliveira. – 2010. 215f. : il. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/8604>>. Acesso 16 de maio de 2018, às 23h03min.

OLIVEIRA, Rennan Pinto de. **SANT’ANA DOS OLHOS D’ÁGUA: FÉ E CELEBRAÇÃO ENTRE A IGREJA E O LARGO (1930-1987)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana, 2014.

OTT, Carlos. **As culturas pré-históricas da Bahia**: a cultura material. Salvador: Bigraf, 1993, v.1.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **DE COMO SE OBTER MÃO-DE-OBRA INDÍGENA NA BAHÍA ENTRE OS SÉCULOS XVI E XVIII**. In: R. História, São Paulo, n. 12º-131. p. 179-208, ago.- dez./93 ago.- dez 94.

PEDRA, José de Almeida. **Memórias e vida da família Pedra**. Feira de Santana, 2005. Gráfica PRINT Folha Salvador.

PEDREIRA, Pedro Tomás. **Município de Feira de Santana (das origens as instalações)**. Bahia – 1983.

PINTO, Raymundo Antonio Carneiro p731p. **Pequena história de Feira de Santana/ Raymundo A. C. Pinto**.- Feira de Santana: Fundação Senhor dos Passos, 2011. 178p.:il. Edição facsimilar, 1971.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Tradução de Arquimedes Pereira Guimarães. Salvador. Editora Itapuã, 1968.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PROUS, André, 1944. **O Brasil antes dos brasileiros**: a pré-história do nosso País/André Prous; ilustrações Adriano Carvalho.-2.ed.revista-Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

REIS JUNIOR, Pereira, 1911. **Maria Quitéria**. Rio de Janeiro, 1953.

**Revista Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana**-ano 1. n. 1 (outubro 2004)- Feira de Santana: Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana-2004.

**Revista Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana**-ano 3. n. 3 (outubro 2006)- Feira de Santana: Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana-2006.

**Revista Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana**-ano 7. n. 7 (outubro 2010)- Feira de Santana: Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana-2010.

RIBEIRO, Francisco Lessa. **Sant' Ana e o Santíssimo Sacramento**. Salvador: Vento Leste, 2015.

SAMPAIO, Gastão. **Feira de Santana e o vale do Jacuípe**. Bureau gráfica e editora Ltda, 1977.

SANTOS, Sólton Natalício Araújo dos. **OS PAYAYÁ E A OCUPAÇÃO COLONIZADORA DO SERTÃO DAS JACOBINAS (1656-1706)**. In: ANAIS do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade – ST 09: Mineração, Pecuária, Agricultura e Trabalho escravo nos sertões da Bahia.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. **Etnoarqueologia do aldeamento de Purificação, em Irará, Bahia**. In: Revista de História da Arte e Arqueologia. N.13 / JAN/JUN de 2010. ISSN 14130874.Disponível em: <[www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2013%20-%20artigo%202.pdf](http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2013%20-%20artigo%202.pdf)>. Acesso em: março de 2018, às 22h 59min.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. **ÍNDIOS PAIAIÁS E NEGROS ALDEADOS: UM PROJETO DE FRICÇÃO INTERÉTNICA**. In Revista Patrimônio: Lazer & Turismo, v. 6, n. 7, jul.-ago.-set./2009, p. 19-39 Revista Eletrônica Patrimônio: Lazer & Turismo - ISSN 1806-700X Mestrado em Gestão de Negócios - Universidade Católica de Santos. Disponível em:< [www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio](http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio)>. Acesso em: maio de 2018, às 00h29min.

SANTOS, Jucélia Bispo dos Santos, Silva, Ludmilla Dias da. **Formação de comunidades quilombolas no Portal do Sertão da Bahia**: um trânsito entre a escravidão e a liberdade no final do século XIX. In: Caicó, v. 17, n. 39, p. 36-57, jul./dez. 2016. Dossiê Sertão, sertões.

SENN, Ronaldo de Sales. **Feira de encantados: Uma panorâmica da presença afro-brasileira em Feira de Santana:** construções simbólicas e ressignificações. Feira de Santana, BA, 2008.

SPIX, Johann Baptis von. e MARTIUS, Carl Friedrich von. Viagem pelo Brasil; 1817-1820. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

VASCONCELOS, Cíntia Portugal de Almeida Tranzillo de. **Caminhando pela cidade/** Cíntia Portugal de Almeida Tranzillo de Vasconcelos.-Itabuna: Via Litterarum, 2013. 183p.